



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**RIO BRANCO/AC
MARÇO/2013**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**RIO BRANCO/AC
MARÇO/2013**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
MJ – Ministério da Justiça
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RG – Relatório de Gestão
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SR/DPF/AC – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre
SETEC – Setor Técnico-Científico
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos
TCU – Tribunal de Contas da União
UF – Unidade Federativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	12
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	13
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	15
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO.....	17
1.5. PRINCIPAIS PARCEIROS.....	26
PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	27
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	27
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	29
2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	32
2.3.1. Resultado Alcançados das Metas Policiais Anuais Ano de 2012.....	33
2.3.2. Resultado Alcançados das Metas Administrativas Anuais Ano de 2012.....	56
2.4. INDICADORES	67
PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	68
2.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	68
2.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	68
2.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO	70
2.4. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	72
PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	75
4.1. Identificação das unidades orçamentárias da UJ	76
2.5. Movimentação de créditos interna e externa	77
2.5.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	78
2.6. ANÁLISE CRÍTICA	80
PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	82
5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	82
5.1.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores -.....	82
5.1.2 Análise Crítica	82
5.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	83
5.2.1. DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	83
6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	86
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	87
6.1.1. Demonstração Da Força De Trabalho À Disposição Da Unidade Jurisdicionada	87
6.1.1.1 Situações Que Reduzem A Força De Trabalho Efetiva Da Unidade Jurisdicionada	87
6.1.2 Qualificação Da Força De Trabalho	88
6.1.3 Qualificação Do Quadro De Pessoal Da Unidade Jurisdicionada Segundo A Idade	88
6.1.4 Pessoal Da Unidade Jurisdicionada Segundo A Escolaridade	88
6.1.5 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	89
6.1.6 6.1.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	89

6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	90
6.2.1.	Informações Sobre A Contratação De Serviços De Limpeza, Higiene E Vigilância Ostensiva Pela Unidade Jurisdicionada	90
6.2.2.	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	91
6.2.3.	Composição do Quadro de Estagiários	91
7	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	92
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.	92
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	95
7.2.1.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	95
7.2.2.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	95
7.2.3.	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	95
8	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	96
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	96
9	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	99
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	99
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	104
10	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	105
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO ACI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	105
10.2	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93	105
10.1.1.	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	105
10.1.2.	Análise Crítica.....	107
10.3	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	107
11	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	108
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.	108
11.1.1	– DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	108
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	108
12	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	109
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	109
12.1.1.	Principais ações desenvolvidas e seus resultados.....	109
12.1.2.	Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos.....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão CONSOLIDADO	12
Tabela I - Macroprocessos da SR/DPF/AC.....	19
Tabela II - Macroprocessos da NIP/DPF	20
Tabela III - Macroprocessos da SRH/DPF.....	20
Tabela IV - Macroprocessos da NTI/DPF.....	21
Tabela V - Macroprocessos da DREX/DPF.....	21
Tabela VI - Macroprocessos da COR/DPF.....	23
Tabela VII - Macroprocessos da DRCOR/DPF.....	24
Tabela VIII - Macroprocessos da SETEC/DPF	24
Tabela IX - Macroprocessos da SELOG/DPF	25
Tabela X – RMA Policial.....	33
Tabela XI – RMA Administrativo	56
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	68
Tabela XII – Procedimentos Disciplinares.....	72
Tabela XIII – Procedimentos Correicionais	72
Tabela XIV – Relatório CGU - PAD	73
Tabela XV – Relatório CGU – PAD.....	74
Tabela XVI – Relatório de inquéritos	75
Tabela XVII – Orçamento da SR/DPF/AC 2012	76
Quadro A.4.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da uj.....	76
Quadro A.4.2.a – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 200380	77
Quadro A.4.2.b – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 200381	77
Quadro A.4.2.1.1.A. – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação – UG: 200380/0001	78
Quadro A.4.2.1.2.B – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação: ug.200381/00001	78
Quadro A.4.2.1.2.a – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO: ug 200380/00001	78
Quadro 4.2.1.2.a. b– Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO: ug 200381/00001	80
Quadro A.5.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	82
Quadro A.5.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	84
Quadro A.5.2 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	84
Quadro A.5.3 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	85
Quadro A.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	85
Quadro A.6.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	87
Quadro A.6.2 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	88
Quadro A.6.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	88
Quadro A.6.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	89
Quadro A.6.5 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	90
Quadro 6.6 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	91
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Estagiários	91
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	95
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	95
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	95
Quadro A.8.1 –Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	96
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	99
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	105
Tabela XVIII – Crescimento do orçamento da UJ	110
TABELA XIX – CURSOS	110
TABELA XX – SEMINÁRIOS E WORKSHOPS.....	111
Tabela XX I – Laudos produzidos pelo SETEC/AC no ano de 2012 separados por área de exame (Fonte: Sistema de Criminalística – DITEC/DPF, acessado em 20/02/2013).....	113
Tabela XXII - Número de solicitações de perícia nos meses de dezembro de 2009, 2010, 2011 e 2012 no SETEC/AC separadas por idade (Fonte: Sistema de Criminalística – DITEC/DPF, acessado em 20/02/2013).	114
Tabela XXIII – Resultados da atividade operacional da Sentinela	115
Tabela XXIV - Resultados da Atividade operacional do NO/SR/DPF/AC	116
Tabela XXV - confecção de passaportes.....	117

Tabela XXVI – Documentos de viagem	117
Tabela XXVII – Equipamentos SINPA	118
Tabela XXVIII – Controle de armas de fogo	118
Tabela XXIX – Controle de produtos químicos.....	118
Tabela XXX– Atividades DELESP	119
Tabela XXXI – Gestão de IPL's e documentos	119
Tabela XXXII - Material Apreendido no ano de 2012.....	120
Tabela XXXIII – Atividades DRE	120

INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo demonstrar, de forma analítica, os trabalhos mais relevantes realizados por esta Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre durante o exercício de 2012, bem como apresentar os resultados obtidos na aplicação dos recursos disponibilizados para consecução dos objetivos e metas estabelecidos.

Os objetivos e metas basilares das ações do Departamento de Polícia Federal foram elencados no PPA, no Planejamento Estratégico de todo o DPF para o período de 2010-2022, bem como no Plano de Metas desta unidade e tem por finalidade atender o interesse público.

Para fins de averiguação dos resultados alcançados por esta unidade serão apresentados dados relativos ao desempenho institucional e orçamentários pertinentes ao exercício de 2012, de acordo com as normas expedidas pelo Tribunal de Contas da União, em especial, as seguintes: Decisão Normativa TCU nº119/2012, de 18 de janeiro de 2012; Decisão Normativa TCU nº 121/2012, de 13 de junho de 2012; Portaria TCU nº 150/2012, de 03 de julho de 2012; Decisão Normativa TCU nº 124/2012, de 05 de dezembro de 2012; Portaria CGU nº 133/2013 de 18 de janeiro de 2013.

Ressalte-se que a estrutura sequencial aqui apresentada, está em conformidade com os tópicos relacionados no Anexo II, da DN TCU Nº 119, de 18/01/2012, parte “A” itens 1 ao 12.

Quanto à parte “B”, da decisão normativa em epígrafe, nenhum tópico se aplica a esta UJ e, por tal motivo, não consta nesta peça.

Os quadros referentes aos programas do PPA, bem como programação orçamentária originária das despesas constantes na Parte A, Item 4, do anexo da DN TCU nº 119/2012, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças da Polícia Federal - Órgão Central e não foram incluídos no presente Relatório. A Unidade opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. Por este motivo, apenas foram preenchidos por esta UJ os quadros relativos à Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

Não se aplicam, também, a esta UJ os subitens: 5.1 - Reconhecimento de Passivos; 5.1.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos; 5.3 e 5.3.1 ao 5.3.6 - Transferência de Recursos; 5.4.1.2 - Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”; 5.5 e 5.5.1 a 5.5.10 - Renúncias Tributárias; e 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3 - - Gestão de Precatórios, inseridos na Parte A, Item 5, do Anexo II, da DN TCU nº 119/2012.

Quanto às informações solicitadas na Parte A, Item 6, do anexo da DN TCU nº 119/2012, no tocante à Gestão de Pessoas: Demonstração da Força de Trabalho à disposição da UJ e sua qualificação segundo a idade, esta SR/DPF/AC não incluirá as informações tendo em vista serem resguardadas por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e IN nº 69, de 14/12/2012, ficando, entretanto, à disposição dos órgãos de controle mediante requerimento formalizado, os demais tópicos serão informados pela Unidade Central.

No tocante ao Item 7 – Gestão de frota de veículos - alíneas “c” e “g”, esta unidade também, pelo mesmo motivo retromencionado, não poderá disponibilizar nesta peça tais informações.

Quanto às recomendações da Controladoria Geral da União para o exercício em análise e deliberações do Tribunal de Contas da União, Parte A, item 10, subitens 10.1.1 e 10.1.2 do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012, embora não tenham sido identificadas impropriedades significativas quando da Tomada de Contas (referente ao ano de 2011), apenas falhas meramente formais, esta Unidade Jurisdicionada tomou todas as medidas cabíveis a fim de saná-las durante o exercício de 2012, não restando assim, pendências a serem atendidas.

No que tange a Parte A, item 11, subitem 11.1.1 do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012, tal item não se aplica a esta UJ por tratar-se de informação a ser inserida no Relatório de Gestão da Unidade Central, qual seja, COF/DPF/DF – Coordenação de Orçamento e Finanças do Departamento de Polícia Federal em Brasília.

Já no tocante as realizações do exercício de 2012 nas áreas meio e fim desta UJ, tais considerações serão prestadas ao longo do conteúdo desta peça, bem como na Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre			
Denominação Abreviada: SR/DPF/AC			
Código SIORG: 01149	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200380/200381
Situação: ativa/inativa/em liquidação			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0019-65	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 75.24-8
Telefones/Fax de contato:	(068) 32141200	(068) 32141201	(068) 32141223
Endereço Eletrônico: sra.srac@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Floriano Peixoto, nº 874 – Centro – Cep.: 69.908-030 – Rio Branco - Acre			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. SR/DPF/AC: Port. 259, de 18/05/65, BS. 095, de 24/05/65 - Criada como Posto. - Port. 1.545, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/72 - Elevada a Divisão de Polícia Federal. - Portaria n.º 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75 - Transforma a Divisão ao Acre em Superintendência. FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005. - Decreto nº 6.061, de 15/03/2007. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes - alterada pela IN Nº 17/08-			

DG/DPF; - alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas. - Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srac), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200380	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre (Tesouro)
200381	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre (FUNAPOL)
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
00001	FUNAPOL
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200380	00001
200381	00001

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Polícia Federal tem na sua origem a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 10 de maio de 1808, transformada em Departamento Federal de Segurança Pública com o Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944. Com a aprovação da Lei nº 4.483, de 16 de novembro

de 1964, o Departamento Federal de Segurança Pública adquiriu a capacidade de atuação em todo o território. Atualmente a Polícia Federal é representada nos Estados e no Distrito Federal por suas Superintendências, pelo Órgão Central em Brasília, por suas Delegacias em diversas cidades espalhadas pelo Brasil e possui ainda representação em 16 países, com 13 (treze) Adidâncias e 10 (dez) Escritórios de Ligação.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve, segundo o artigo 144, §1º da Constituição Federal:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Portanto, cabe a Polícia Federal apurar os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Ademais, sob sua responsabilidade se encontram as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Com o intuito de viabilizar e gerir estrategicamente as ações no Estado do Acre, esta Superintendência Regional de Polícia Federal está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por duas (02) Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, além de quatro (4) Postos de Controle de Fronteiras, sendo estes localizados nos municípios de Assis Brasil, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo.

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Acre exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal e, ainda, administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais.

É importante salientar que à SR/DPF/AC compete, também, propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do DPF, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, consolidando relatórios de avaliação de suas atividades, bem como adotar ações de controle e zelo pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre divide-se em três Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência e duas Delegacias de Polícia Federal nos municípios de Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul e seu organograma funcional, apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011), apresenta-se com a seguinte estrutura:

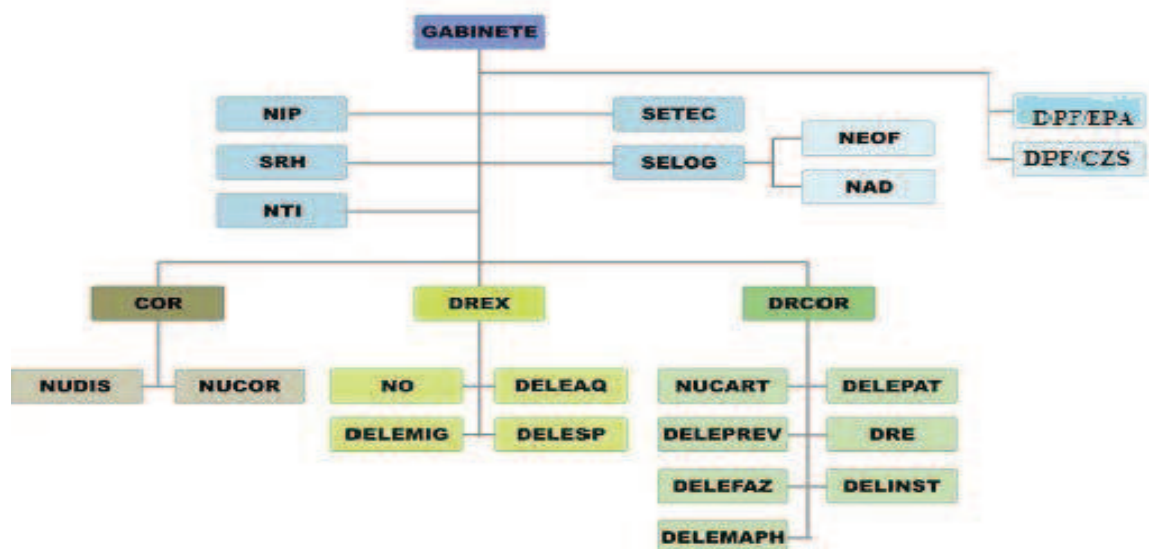
I - Superintendência Regional De Polícia Federal No Acre - SR/PF/AC:

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF; e
 - 2. Núcleo Administrativo - NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva - DREX:
 - 1. Núcleo de Operações - NO;
 - 2. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
 - 3. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
 - 4. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;
- g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:
 - 1. Núcleo de Cartório - NUCART;
 - 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
 - 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
 - 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;

5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ ;
 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST; e
 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:
1. Núcleo de Disciplina - NUDIS; e
 2. Núcleo de Correições - NUCOR;

II - Delegacia De Polícia Federal Em Cruzeiro Do Sul; e

III - Delegacia De Polícia Federal Em Eptaciolândia.



Segundo o artigo 20 do Regimento Interno, devidamente publicado no Diário Oficial da União, às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

- I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;
- II - administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;
- III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, a fim de subsidiar o planejamento operacional das unidades centrais;
- IV - executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;

V - apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

Além das unidades supracitadas, esta UJ ainda dispõe de quatro (4) Postos de Controle de Fronteiras, sendo estes localizados nos municípios de Assis Brasil, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo, todos sob o comando do chefe da Operação Sentinela e supervisão do Superintendente Regional no Estado do Acre.

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO

“A Polícia Federal (PF), como Órgão Público, deve cumprir seu papel institucional provendo excelência nos serviços que presta à sociedade, agindo com esforço, perseverança e determinação para adaptar a instituição às políticas do governo. O processo de globalização e o desenvolvimento da tecnologia vêm tornando os cidadãos mais exigentes e a PF deve manter-se preparada para assisti-los.

Assim, nos últimos anos e com mais intensidade a partir de setembro de 2007, a Polícia Federal vem concentrando esforços para a melhoria de sua capacidade gerencial e para a modernização dos seus mecanismos de gestão.

Nesse contexto, em maio de 2010, foi iniciada a implantação da Gestão de Processos com o objetivo primordial de melhorar continuamente o desempenho dos processos Institucionais. Esse resultou na instituição do Escritório de Gestão de Processos da Polícia Federal (EGPRO/CIGE/DG/DPF) e no desenvolvimento da Metodologia de Gestão de Processos da Polícia Federal (MGPro-PF), aprovada pela Direção-Geral em novembro de 2010. A MGPro-PF busca uniformizar conhecimentos e estabelecer um conjunto de regras e procedimentos a serem utilizados na execução das atividades relativas à Gestão de Processos na Instituição.

Estabelecido o contexto metodológico, em abril de 2011, foi iniciada a segunda etapa do Projeto de Implantação da Gestão de Processos na Polícia Federal, com o objetivo de identificar os principais Processos organizacionais e dispô-los em uma estrutura hierárquica denominada Arquitetura de Processos da Polícia Federal.”¹

A Arquitetura de Processos elaborada para Polícia Federal tem como características não refletir os grandes e principais processos da instituição, sua estrutura organizacional, permitir a priorização e a seleção de processos para fins de melhoria. Ela, ainda, objetiva propor uma visão

¹ Fonte:> <http://intranet.dpf.gov.br/cige/servicos/gestao-processos/>, 14/02/2013.

global da instituição e do ambiente na qual está inserida, fazendo parte de sua composição 25 (vinte e cinco) macroprocessos que encontram-se sob análise e aprovação do Diretor Geral desta UJ.

Em que pese o documento retro mencionado não ter sido aprovado pela autoridade competente do Órgão, atualmente, estão em vigência no Departamento de Polícia Federal os seguintes macroprocessos e produtos:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

➤ **Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal.

TABELA I - MACROPROCESSOS DA SR/DPE/AC

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS²	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

² Fonte: *Arquitetura de Processos da Polícia Federal*



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

➤ **Núcleo de Inteligência Policial: NIP**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

TABELA II - MACROPROCESSOS DA NIP/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional

➤ **Sector de Recursos Humanos**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

TABELA III - MACROPROCESSOS DA SRH/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

➤ **Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

TABELA IV - MACROPROCESSOS DA NTI/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

➤ **Delegacia Regional Executiva –DREX**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

TABELA V - MACROPROCESSOS DA DREX/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à Testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

➤ **Corregedoria Regional da Polícia Federal COR**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas.

TABELA VI - MACROPROCESSOS DA COR/DPF

PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

➤ **Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

TABELA VII - MACROPROCESSOS DA DRCOR/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

➤ **Setor Técnico Científico - SETEC**

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

TABELA VIII - MACROPROCESSOS DA SETEC/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

➤ Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

TABELA IX - MACROPROCESSOS DA SELOG/DPF

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

1.5. PRINCIPAIS PARCEIROS

O Departamento de Polícia Federal, em especial, a UJ no Acre, para cumprimentos de suas atribuições, nomeadamente as de cunho operacional, promoveu ações conjuntas, ao longo de 2012, com os seguintes parceiros:

- Polícia Militar do Estado do Acre;
- Polícia Civil do Estado do Acre;
- Força Nacional de Segurança Pública – FNSP;
- Exército Brasileiro; Instituto Chico Mendes – ICMBio;
- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA;
- Polícia Rodoviária Federal – PRF;
- Receita Federal do Brasil – RFB;
- Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre – IMAC;
- Secretaria de Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ;
- Polícia Nacional do Peru,
- Polícia Nacional da Bolívia, dentre outros.
- Ministério Público Federal – MPF/AC
- Justiça Federal – JF/AC

É importante frisar que os parceiros que atuam juntamente com esta UJ, quer seja na área fim ou meio, são acenados de acordo com o tipo de operação/atividade que será desenvolvida, portanto, não existem parceiros principais e, sim, parceiros elegidos de forma estratégica para com o trabalho a ser executado.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos e considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, que se apresenta por meio de três instrumentos: Plano Estratégico, Portfólio Estratégico e Mapa Estratégico.

Para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar ainda os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

b) Valorizar o Servidor

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

c) Reduzir a Criminalidade

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

d) Promover a Cidadania

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

e) Incrementar os Acordos e Parcerias

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

Nesse contexto, a SR/DPF/AC atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em suma, ela o faz em conjunto com outras unidades policiais do DPF, Forças Armadas, Força Nacional, Polícia Rodoviária, Forças locais e órgãos de governo das três esferas, agindo, assim, de forma coordenada.

Atuam desta forma, também, as Delegacias Descentralizadas no Estado do Acre, sempre em consonância com a Superintendência em Rio Branco, bem como integradas entre si, principalmente no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam suas circunscrições.

Assim, a Instituição como um todo, se foca no atendimento da missão da Polícia Federal que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso, para atingir a sua visão de futuro que é “Tornar a Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Ainda no cumprimento ações dos programas contidos no PPA, em especial a ação 2586 que trata do Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional, vale destacar que houve uma melhora significativa do atendimento ao cidadão. Esforços foram despendidos a fim de ser se aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

O DPF teve de enfrentar dificuldades de ordem interna relacionado à uma deflagração de greve dos servidores policiais e administrativos, o que causou diversos transtornos na realização de suas atividades, em especial, às de emissão de passaporte e atendimento nos aeroportos.

A fim de vencer tal adversidade, a Direção Geral e os gestores locais empenharam esforços no sentido de manterem uma comunicação com as categorias e, assim, após negociação, uma força tarefa foi implementada a fim de, numa ação conjunta, regularizar os serviços que se acumularam durante o período de suas paralisações.

Destarte, após resolução da demanda, o órgão pode dar continuidade ao seu planejamento estratégico no que concerne a uma prestação de serviço de qualidade na recepção dos aeroportos, postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros, buscando cumprir com o compromisso firmado com a International Civil Aviation Organization – ICAO, agência especializada da Organização das Nações Unidas.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Estado do Acre, local onde está sediada esta Unidade Jurisdicionada, é composto por 22 (vinte e dois) municípios e ocupa uma área de 153.149,9 km². Desta forma, para melhor desempenhar suas atribuições locais, foi editada a Portaria nº 69/2008 –DG/DPF, de 19 de fevereiro de 2008, que delimita a circunscrição em todo o Estado, estendendo-a ainda para alguns municípios limítrofes pertencentes à UF do Amazonas. Segue abaixo a forma como foi dividida esta circunscrição entre as Unidades Operacionais no Estado, bem como os respectivos municípios-sede:

1 - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC

- **CIRCUNSCRIÇÃO:** 12 municípios – Acrelândia, Boca do Acre/AM, Bujari, Capixaba, Manoel Urbano, Pauini/AM, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Senador Guimard.
- **MUNICÍPIO-SEDE:** RIO BRANCO

1.1 - Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC DPF/CZS/AC

- **CIRCUNSCRIÇÃO:** 12 municípios – Cruzeiro do Sul, Eirunepé/AM, Feijó, Guajará/AM, Ipixuna/AM, Itamarati/AM, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Tarauacá.
- **MUNICÍPIO-SEDE:** CRUZEIRO DO SUL

1.2 - Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia/AC – DPF/EPA/AC



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

- **CIRCUNSCRIÇÃO:** 4 municípios – Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri.
- **MUNICÍPIO-SEDE:** EPITACIOLÂNDIA

Assim, para cumprir com os objetivos estratégicos propostos pela Unidade Central a SR/DPF/AC e suas descentralizadas atuam de forma coordenada para combater aos crimes cometidos na região, em especial, o tráfico de drogas, contrabando e descaminho, dentre outros.

Ainda seguindo as diretrizes propostas, várias ações foram desencadeadas ao longo do exercício. Ressaltam-se, em breve síntese, algumas operações de caráter permanente instituídas pelo Órgão Central:

- **OPERAÇÃO SENTINELA** – seu objetivo primordial é prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países vizinhos, Bolívia e Peru, limítrofes com o Acre;
- **OPERAÇÃO ARCO DE FOGO** – seu objetivo primordial é a repressão do desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras.

Pertinente se faz salientar, que as operações transitórias deflagradas ora pelo órgão central com participação efetiva desta regional, ora por iniciativa própria trouxeram resultados positivos para a sociedade, tais como:

- **CONEXÃO NORDESTE (DPF/CZS/AC)** – A Polícia Federal e a Polícia Militar, em ação conjunta, prenderam, em 25/6, sete integrantes de uma quadrilha envolvida com tráfico de drogas, roubo armado a banco, posse ilegal de armas de uso restrito, que estava atuando no estado do Acre. Nesta Operação 07 (sete pessoas foram presas)
- **HUMAITÁ (DPF/CZS/AC)** - Fraude no processo de regularização de terras da União localizadas no Município de Porto Walter/AC. Nesta operação 07 (sete) prisões foram efetuadas, sendo dois de seus componentes, servidores públicos.
- **JOINVILLE (DPF/CZS/AC)** - Desarticular organização criminosa de traficantes no Acre. Os traficantes se utilizavam de uma empresa agropecuária de fachada e de uma fábrica de móveis para acobertar as operações ilegais. Negociadas as drogas em outros estados, retornavam com veículos, que eram utilizados como parte do pagamento pelos intermediários. O dinheiro arrecadado era trocado por dólares no mercado local para a aquisição de mais cocaína. Nesta operação 51 (cinquenta e uma) prisões foram realizadas e 74 (setenta e quatro) mandados de busca e apreensão.
- **MALTHA II (DPF/CZS/AC)**- Cruzeiro do Sul/AC – A Polícia Federal prendeu em flagrante, no dia 11 de março, o prefeito da cidade de Marechal Thaumaturgo/AC, e seu



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

primo, proprietário de uma construtora. Nesta operação 02 (duas) prisões foram efetuadas, sendo um de seus componentes, servidor público.

- **OPERAÇÃO DECURIÕES (DPF/CZS/AC):** – A Polícia Federal prendeu em flagrante, no dia 12 de abril, dois vereadores na cidade de Cruzeiro do Sul.
- **OPERAÇÃO FAKE (Rio Branco/AC):** A Polícia Federal apurou desvio de recursos públicos, com cumprimento de 03 (três) Mandados de busca de apreensão de pagamentos realizados pelo Estado do Acre. Até o presente, sem prisões.
- **OPERAÇÃO GAUPINDAIA (Rio Branco/AC):** A Polícia Federal apurou o cometimento de crimes eleitorais. Não houve apreensões ou prisões até o momento.
- **OPERAÇÃO MAGISTÉRIO** (na região do Alto Acre, fronteira com Cobija/Bolívia) : Tal operação foi encerrada sem efetivação de apreensões ou prisões por problemas técnico-operacionais, bem como a desintegração da organização criminosa. Mesmo não sendo possível realizar apreensões de drogas e prisões, conseguimos evitar possível assalto a ser realizado por integrantes da organização, bem como identificar outros alvos.
- **OPERAÇÃO ESTRELA CADENTE II (Epitaciolândia/AC):** operação de combate ao tráfico de drogas local e interestadual, sendo possível realizar a apreensão de cerca de 1.400kg (mil e quatrocentos quilogramas) de substâncias entorpecentes ilícitas, bem como efetuar a prisão de 27 (vinte e sete) membros da organização criminosa.
- **OPERAÇÃO SALINAS:** Tal operação foi deflagrada nos Estados do Acre e Rondônia com o objetivo de identificar, localizar e desarticular grupo criminoso especializado no tráfico de drogas e crimes conexos que atuava nestas unidades da Federação, onde foram cumpridos 10 (dez) mandados de prisão e 03 (três) mandados de busca e apreensão.
- **OPERAÇÃO INTERNET SEGURA:** Trata-se de uma operação anual organizada por Brasília/DF que no ano de 2012 ocorreu no dia 07 de fevereiro. O Dia da Internet Segura é uma iniciativa criada pela Rede INSAFE, rede que agrupa as organizações que trabalham na promoção do uso consciente da Internet. Em Rio Branco foram visitadas aproximadamente dez lan houses e uma escola (Meta) onde foi proferida palestras sobre os cuidados, deveres e obrigações relacionados ao uso da internet.

Ainda no tocante a Operação Sentinela, é importante frisar que ela integra o Planejamento Estratégico de Fronteiras lançado no dia 08 de junho de 2011 pelo Governo Federal. No que concerne às ações de inteligência, controle e fiscalização em todo o Estado, em especial, nas circunscrições da Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, atuam de forma conjunta policiais federais de outras unidades e da federação e a Força Nacional.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Com o objetivo de aparelhar-se e organizar-se estrategicamente para execução de suas ações e objetivando prover condições de trabalhos mais adequados para o cumprimento de suas atribuições, a Superintendência Regional no Estado do Acre todos os anos elabora seu plano de metas para o exercício futuro e utiliza como instrumento sua INTRANET.

Desta forma, todos os setores são convocados a fazerem suas projeções para o exercício vindouro com os seguintes pontos: meta, justificativa, executor e ação. Durante o transcurso do tempo, cada responsável deve, ao final do prazo estabelecido, inserir o resultado e sua respectiva avaliação, englobando todos os pontos fortes e fracos ocorridos no seu cumprimento.

Para o exercício de 2012 foram inseridas 98 metas no planejamento da UJ, sendo 62 (sessenta duas) policiais e 37 (trinta e sete) administrativas, com os resultados abaixo listados:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE
2.3.1. Resultado Alcançados das Metas Policiais Anuais Ano de 2012

TABELA X – RMA POLICIAL

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
01/2012	Manter a Política de Gestão de capacitação/treinamento dos Escrivães de Polícia Federal executada durante o ano de 2011.	Compreendendo que as ininterruptas mudanças sociais exigem do Policial Federal a constante capacitação para lidar com as novas demandas das searas de Polícia Judiciárias e Polícia Administrativa da União, bem como as novas possibilidades tecnológicas podem e devem ser utilizadas como ferramentas nas atividades fins e meio, deste que é o principal órgão de segurança pública federal. Faz-se mister, portanto, que o Departamento de Policial Federal mantenha políticas permanente de qualificação para o quadro de Servidores, sobretudo quando aos Policiais.	NUCART	Planejar, junto a Diretoria Executiva, gestões que permitam a liberação dos escrivães para capacitação/treinamento sem que haja o prejuízo das atividades ordinárias.	Sim	Foram realizados cursos por meio de EAD sobre diferentes atividades policiais, e ainda, treinamento de tiro realizados por professores do SAT lotados nessa SR.
02/2012	Implementar a rotina de Cartório de Dia, visando subsidiar as ocorrências policiais extraordinárias.	As diárias e diversificadas ocorrências policiais demandam um plano de estratégias/rotinas que objetivem conferir celeridade nos procedimentos, bem como segurança na cautela de bens apreendido, dos policiais, das vítimas, das testemunhas e dos autores envolvidos.	NUCART	Solicitar, junto a Diretoria Regional Executiva – DREX, capacitação necessária para implementar as estratégias/rotinas atinentes com o Cartório de Dia.	Não	Essa meta não foi considerada, dada as condições atuais, como pertinente junto aos EPFs.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
03/2012	Dá destinação adequada ao material, em tese apreendido, que se encontra no Depósito de Materiais desta SR, sem definição de qual procedimento ao qual procedimento está vinculado.	Dá cumprimento ao Art. 11 do Código de Processo Penal Brasileiro, bem como ao item 142. Da IN 11/2011.	NUCART	Disponibilizar um EPF, com a anuência do Sr. Drex, para efetuar análise da situação dos materiais constante em depósito, identificando os procedimentos aos quais os mesmos estão vinculados, apresentando os resultados em relatório pormenorizado.	Sim	Foi levantada uma tabela com os veículos em Depósito, identificando sua situação junto à Justiça. Foi levantado no depósito de materiais quais materiais estão em depósito estando o IPL de origem relatado, procedendo-se o encaminhamento dos mesmos ao juizado competente. Esta última tarefa ainda está em andamento devido ao volume de trabalho.
				Apresentar Relatório da situação de materiais constante em depósito, sem definição de qual procedimento ao qual está vinculado, à DREX e à COR para análise e manifestação.	Sim	Foi levantada uma tabela com os veículos em Depósito, identificando sua situação junto à Justiça. Foi levantado no depósito de materiais quais materiais estão em depósito estando o IPL de origem relatado, procedendo-se o encaminhamento dos mesmos ao juizado competente. Esta última tarefa ainda está em andamento devido ao volume de trabalho.
				Dá destinação adequada aos	Sim	Foi levantada uma tabela



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
				materialis.		com os veículos em Depósito, identificando sua situação junto à Justiça. Foi levantado no depósito de materiais quais materiais estão em depósito estando o IPL de origem relatado, o procedendo-se o encaminhamento dos mesmos ao juizado competente. Esta última tarefa ainda está em andamento devido ao volume de trabalho.
04/2012	Aplicar as medidas contidas na INFORMAÇÃO TÉCNICA nº 124/2011 – SETEC/SR/DPF/AC, afim se solucionar ou remediar os problemas encontrados no Depósito de Drogas desta Superintendência, descritos no LAUDO nº 598/2011 – SETEC/SR/DPF/AC.	A Justificativa desta meta remete-se ao Teor do LAUDO nº 598/2011 – SETEC/SR/DPF/AC, bem como da INFORMAÇÃO TÉCNICA nº 124/2011 – SETEC/SR/DPF/AC.	NUCART	Solicitar à Drex gestões no sentido de viabilizar os recursos materiais e financeiros necessários ao cumprimento desta meta.	Parcial	Foi instalado um aparelho de ar condicionado para diminuir a temperatura do depósito e por conseguinte minimizar a evaporação do material.
05/2012	Substituir 03 (três) estações de trabalho (PC's) deste núcleo, que já se encontram obsoletos.	A utilização de equipamentos obsoletos ocasiona a morosidade das atividades, prejudicando as rotinas ordinárias do NUCART/DREX/SR/AC.	NUCART	Solicitar à Drex gestões no sentido de viabilizar a substituição dos equipamentos obsoletos.	Sim	Os PC's foram substituídos por novos.
06/2012	Participação dos servidores lotados no SETEC/AC em cursos de capacitação na área	Manter os recursos humanos do SETEC/AC atualizados no campo técnico, administrativo e	SETEC/AC	Chefia divulgar, indicar e tomar as providências cabíveis para participação	Sim	Os servidores do SETEC/AC participaram de diversos eventos de



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	técnica, policial e de gestão, conforme formação e perfil de cada um.	policial.		dos servidores.		capacitação durante o ano de 2012, em diversos campos do conhecimento, tais como licitações, DNA, documentoscopia, informática, química, meio ambiente, fonética e equipamentos eletroeletrônicos.
07/2012	Participação de pelo menos um Perito nos congressos de interesse da área.	Manter os recursos humanos do SETEC/AC atualizados no campo técnico, administrativo e policial.	SETEC/AC	Chefia divulgar, indicar e tomar as providências cabíveis para participação dos servidores.	Sim	Vários peritos participaram de congressos e seminários em 2012, tais como o ENQFor, ICMedia e ICCyber.
08/2012	Recrutar peritos para as áreas no SETEC com maior número de solicitações por perito, a fim de auxiliar na celeridade dos trabalhos.	Evitar acúmulo de solicitações antigas e dar celeridade à liberação de laudos.	SETEC/AC	Elaborar recrutamentos com o aval do DREX e realizar contatos com os peritos, chefias e DITEC.	Não	Todos os recrutamentos propostos no ano de 2012 foram executados. Destacou-se os recrutamentos na área de perícias contábeis.
	Elaborar e promover a Oficina de Extração de Dados em Telefones Celulares (uso do Cellebrite).	Atualizar os servidores policiais nos assuntos relacionados com o campo pericial de modo que a atuação dos mesmos esteja em consonância com o trabalho pericial a ser desenvolvido.	SETEC/AC	Designar PCFs para elaborar e ministrar o curso.	Sim	Foi designada a PCF Cely
09/2012			SETEC/AC	definir junto ao DREX e aos chefes de delegacias os servidores que irão participar e as melhores datas para aplicação dos treinamentos.	Não	Não foram definidas datas para ministrar referido curso
10/2012	Elaborar e promover a Oficina de Lacração de Materiais.	Atualizar os servidores policiais nos assuntos relacionados com o campo pericial de modo que a	SETEC/AC	Designar PCFs para elaborar e ministrar o curso.	Sim	Sim. Foi designado o PCF Marivaldo
				definir junto ao DREX e aos	Não	Não foram definidas datas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
		atuação dos mesmos esteja em consonância com o trabalho pericial a ser desenvolvido.		chefes de delegacias os servidores que irão participar e as melhores datas para aplicação dos treinamentos.		para apresentação do curso
11/2012	Elaborar e promover a Oficina de Informática.	Atualizar os servidores policiais nos assuntos relacionados com o campo pericial de modo que a atuação dos mesmos esteja em consonância com o trabalho pericial a ser desenvolvido.	SETEC/AC	Designar PCFs para elaborar e ministrar o curso. definir junto ao DREX e aos chefes de delegacias os servidores que irão participar e as melhores datas para aplicação dos treinamentos.	Sim	Designada a PCF Andreia
					Sim	Sim, a oficina de informática foi ministrada pela PCF Andreia a APFs da SR/AC
					Não	Não foram designados PCFs
12/2012	Elaborar e promover a Oficina de Local de Crime.	Atualizar os servidores policiais nos assuntos relacionados com o campo pericial de modo que a atuação dos mesmos esteja em consonância com o trabalho pericial a ser desenvolvido.	SETEC/AC	Designar PCFs para elaborar e ministrar o curso definir junto ao DREX e aos chefes de delegacias os servidores que irão participar e as melhores datas para aplicação dos treinamentos.	Não	Não foram definidas datas para apresentação do curso
					Sim	Foi designada a PCF Renata
13/2012	Elaborar e promover a Oficina de Merceologia.	Atualizar os servidores policiais nos assuntos relacionados com o campo pericial de modo que a atuação dos mesmos esteja em consonância com o trabalho pericial a ser desenvolvido.	SETEC/AC	Designar PCFs para elaborar e ministrar o curso definir junto ao DREX e aos chefes de delegacias os servidores que irão participar e as melhores datas para aplicação dos treinamentos.	Não	Não foram definidas datas para apresentação do curso
14/2012	Elaborar e promover a Oficina de Orientação e Navegação Terrestre.	Atualizar os servidores policiais nos assuntos relacionados com o campo pericial de modo que a	SETEC/AC	Designar PCFs para elaborar e ministrar o curso definir junto ao DREX e aos	Sim	Foi designada a PCF Laura
					Parcial	O curso foi marcado para



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
		atuação dos mesmos esteja em consonância com o trabalho pericial a ser desenvolvido.		chefes de delegacias os servidores que irão participar e as melhores datas para aplicação dos treinamentos.		o mês de maio/2012, contudo teve de ser adiado por restrições orçamentárias
15/2012	Elaborar e promover a Oficina de Documentoscopia.	Atualizar os servidores policiais nos assuntos relacionados com o campo pericial de modo que a atuação dos mesmos esteja em consonância com o trabalho pericial a ser desenvolvido.	SETEC/AC	Designar PCFs para elaborar e ministrar o curso	Não	Não foram designados PCFs
				definir junto ao DREX e aos chefes de delegacias os servidores que irão participar e as melhores datas para aplicação dos treinamentos.	Não	Não foram definidas datas para apresentação do curso
				Verificar espaço previsto;	Parcial	Ainda em andamento
				Elaborar croquis preliminares;	Parcial	Ainda em andamento
				Estimar necessidade de aquisição de mobiliário;	Parcial	Ainda em andamento
				Levantamento de requisitos para o novo ambiente da custódia	Parcial	Ainda em andamento
16/2012	Estudos preliminares visando a migração do SETEC para as novas instalações da sede da SR/AC	Mudança de endereço	SETEC/AC	Levantamento de equipamentos acessórios para testes de balística no stand de tiro.	Parcial	Tais levantamentos não foram realizados. Porém vários equipamentos de balística foram recebidos pelo SETEC/AC no ano de 2012, vindos da DITEC, e serão utilizados no stand de tiro
17/2012	Elaborar e promover o curso interno de Informática.	Atualizar os servidores internos do SETEC/AC nas ferramentas de informática e habilitá-los para	SETEC/AC	Designar PCFs para elaborar e ministrar o curso.	Parcial	Alguns servidores foram treinados no uso do celledite e outros estão



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
		atuarem em perícias da área.				realizando um curso de especialização em informática forense
18/2012	Elaborar e promover o curso interno de ARCGIS.	Atualizar os servidores internos do SETEC/AC em ARCGIS e habilitá-los para atuarem em georreferenciamento.	SETEC/AC	Designar PCFs para elaborar e ministrar o curso.	Não	Não foram designados PCFs
19/2012	Fazer as fiscalizações bancárias total de 48 unidades (entre agências bancárias e PABs) na circunscrição e nos 12 municípios que abrangem a SR/DPF/AC, verificar os 3 cursos de formação de vigilantes, por volta de vinte carros fortes a serem vistoriados, 6 empresas especializadas em segurança e fiscalizações a boates e empresas com segurança orgânica. Fiscalizar os cursos de formação e reciclagem de vigilante, escolta armada e transporte de valores, registrar os formandos na atividade de vigilante. Fazer despachos com situação da análise da situação criminal dos vigilantes, fazer autos de constatação e infração, emitir portarias de Bancos, pareceres após os ACINs, credenciamento de instrutores para ministrar cursos de	São as atribuições da DELESP/SR/DPF/AC. Precisamos de mais um servidor policial e um servidor administrativo para o bom funcionamento do setor.	DELESP	Planejar atividades fiscalizatórias a boates e casas noturnas, fazer até duas fiscalizações anuais as instituições financeiras na circunscrição do AC, atender as denúncias que chegam ao conhecimento da DELESP, orientar os vigilantes e público geral sobre	Parcial	Foram autorizadas 06 (seis) Agências bancárias novas a funcionar. Efetuada vistoria em 50 (cinquenta) Agências bancárias. Análise criminal de 76 (setenta e seis) vigilantes. Foram lavrados 25 (vinte e cinco) Auto de constatação de infração e notificação. Foi expedida 03 (três) Autorização para compra de colete balístico. Realizada vistoria em 07 (sete) Empresas especializadas em segurança privada. Foram credenciado 14 (quatorze) instrutores. Vistoriados e expedido o Certificado de Vistoria de 20 (vinte) Veículos Especiais (carro forte). Entre curso de formação, reciclagem e extensão, foram



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	formação, autorizar a aquisição de coletes balísticos às empresas especializadas em segurança privada, fiscalizações a casas noturnas, fazer autos de encerramentos de atividades clandestinas, sem autorização de funcionamento.					registrados 2100 (dois mil e cem) Vigilantes. foram analisado e encaminhados a CGCSP 910 (novecentos e dez) requerimentos de Carteira Nacional de Vigilantes.
20/2012	AUTOMATIZAR O PROCESSO DE PAGAMENTO DAS FATURAS TELEFÔNICAS	Reduzir custos com papel, e eventuais pagamento de multas, propiciar maior controle dos gastos e otimizar a rotina. Meta não realizada no ano de 2011.	NTI/SR/DPF/AC	- Não foi possível implementar esta ação	Não	
21/2012	Consolidar a atuação da comissão de fiscalização de segurança privada desta descentralizada.	Atender as diretrizes estabelecidas pela CGSP/DIREX, com a finalidade de manter o plano nacional de fiscalização Segurança Privada.	DPF/CZS/AC	Realizar fiscalizações na área de segurança privada nos municípios da circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul.	Sim	Foram realizadas satisfatoriamente fiscalizações em todas as agências bancárias, postos de atendimentos bancários e empresas especializadas nos municípios que compõem a circunscrição da DPF/CZS/AC. Além disso, houve a instalação de curso de formação de vigilantes na cidade de Cruzeiro do Sul/AC, fato que aumentou sobremaneira a carga de trabalho dos policiais incumbidos, porém, mesmo assim, conseguimos obter um resultado bastante



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
22/2012	Exercer as atribuições constitucionais e legais afetas às atividades de Polícia Judiciária, sobretudo no combate ao crime organizado e na repressão aos desvios de recursos públicos, tráfico de drogas e crimes ambientais.	Cumprir com as obrigações constitucionais e legais atribuídas à Polícia Federal	DPF/CZS/AC	Criação de grupos específicos de investigação por tipo de crime, dando ênfase ao desvio de recursos públicos e tráfico de drogas	Sim	positivo. Foi criado, no âmbito da DPF/CZS/AC, o Grupo de Repressão a Desvios de Recursos Públicos, tendo, em razão disso, desencadeado operações que resultaram em prisões de prefeitos, vereadores e empresários envolvidos em delitos dessa natureza
23/2012	Intensificar as ações de prevenção e repressão ao tráfico de drogas, descaminho, contrabando e crimes ambientais na região do Juruá, com o apoio da Operação Sentinela, patrulhamento na BR 364 e nos ramais das cidades e zona rural que fazem parte da circunscrição da DPF/CZS/AC, bem como nos rios e igarapés da região.	Prevenir e reprimir a criminalidade, principalmente o tráfico de drogas, descaminho, contrabando e crimes ambientais	DPF/CZS/AC	Foi intensificada as ações de prevenção e repressão ao tráfico de drogas, descaminho, contrabando e crimes ambientais na região do Juruá. Foram realizados, com o apoio da Operação Sentinela, patrulhamento na BR 364 e nos ramais das cidades e zona rural.	Sim	No período anterior a greve, onde todos estavam empenhados, conseguimos reduzir significativamente a criminalidade na região utilizando de ações preventivas e repressivas. No entanto, em razão da greve, no segundo semestre de 2012 o índice de criminalidade cresceu novamente
24/2012	Realizar palestras em escolas dos municípios que compõem a circunscrição da DPF/CZS/AC abordando temas como as consequências do uso de substâncias entorpecentes, a necessidade de preservar os meio ambiente, dentre outros	Atuar não só na repressão, mas também na prevenção à criminalidade.	DPF/CZS/AC	Foram realizadas, no primeiro semestre de 2012, algumas palestras abordando temas relacionados a drogas, meio ambiente e outros assuntos, nos municípios de Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá e Feijó, tendo a participação	Sim	Realização de palestras em diversos municípios da circunscrição da DPF/CZS/AC, tendo contado com a participação de mais de 2.000 (dois mil) alunos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
				de mais de 2.000.		
25/2012	Ampliar as fiscalizações referentes a produtos químicos controlados	reprimir a comercialização indevida de produtos e insumos que possam ser utilizados no refino e no preparo de substâncias proscritas	DPF/CZS/AC	Foram realizadas diversas fiscalizações, sempre com o intuito de reprimir e prevenir a comercialização indevida de produtos químicos controlados	Parcial	Foram intensificadas as ações fiscalizatórias, entretanto, em razão da greve, no segundo semestre de 2012 não houve ações dessa natureza
26/2012	Ampliar as fiscalizações e regularizações de armas de caçadores de subsistência. Realizar missões nas comunidades rurais de difícil acesso, possibilitando o recadastramento de armas, entrega de armas sem registros, etc...	Possibilitar que os caçadores de subsistência mantenham-se dentro da legalidade.	DPF/CZS/AC	Realização de missões nas comunidades rurais de difícil acesso, visando o recadastramento de armas e a arrecadação de armas irregulares, mantendo assim um maior controle sobre as armas existentes na região	Parcial	No primeiro semestre foi possível a realização de ações em algumas comunidades, entretanto, no segundo semestre de 2012, devido a greve, não houve ação dessa natureza
27/2012	Realizar trabalhos preventivos referente às eleições municipais de 2012 e, também, atuar com rigor na repressão aos delitos eleitorais	Prevenir e reprimir os delitos eleitorais	DPF/CZS/AC	Realização de Palestras em alguns municípios da região junto com a Justiça Eleitoral e Ministério Público eleitoral e designação de servidores visando a prevenção e repressão a delitos eleitorais, sobretudo abuso do poder econômico	Parcial	1. Realização de diversas palestras preventivas; 2. Diversas diligências em comunidades de difícil acesso (Restauração e outras comunidades); 3. Instalação de TC's e IPL's de delitos eleitorais, com indiciamento de eleitores e candidatos dos mais diversos municípios que fazem parte da circunscrição da DPF/CZS/AC.
						OBS. O trabalho ficou



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
						um pouco prejudicada em razão da greve, entretanto, dentro das condições disponíveis na época foi bastante satisfatório
28/2012	Ampliar e melhorar o atendimento na emissão de passaportes e no controle de entrada e saída de estrangeiros, com a aquisição de mais uma estação SIMPA/PROMASP para a Delegacia de Cruzeiro do Sul e uma estação STI/PROMASP para o PCFRON em Marechal Thaumaturgo. Continuar realizando os trabalhos de praxe, como fiscalizações em hotéis, hospedarias e pousadas, regularização de registros de estrangeiros, além de outras diligências próprias de controle migratório, principalmente em outras áreas que fazem parte da circunscrição da DPF/CZS/AC	Há a necessidade de mais uma estação SIMPA/PROMASP em razão do aumento significativo na emissão de passaportes e, também, para não haver interrupção caso haja problema com a estação existente. Em relação a estação STI/PROMASP em Marechal Thaumaturgo se faz necessária em razão do grande fluxo de estrangeiro naquele município, pois é o primeiro ponto de entrada de quem vem do Peru via fluvial ou terrestre	DPF/CZS/AC	Pretendia-se adquirir mais uma estação SIMPA/PROMASP para a Delegacia de Cruzeiro do Sul e uma estação STI/PROMASP para o PCFRON em Marechal Thaumaturgo, mas foi infelizmente não foi alcançado tal objetivo	Não	Não houve aquisição das estações do STI/PROMASP pretendidas
29/2012	Planejar, coordenar e executar operações de inteligência nas regiões que compreendem os vales dos rios Acre, Purus e Juruá.	Subsidiar os centros de decisões da Regional/DPF/AC, e suas subunidade, com informações que possibilitem uma efetiva repressão aos crimes de competência do DPF.	NIP/SR/AC	Planejamento Coordenação Execução	Sim	As ações de inteligência nesta Unidade tem possibilitado a produção de conhecimentos para uma melhor atuação do DPF na apuração de crimes que ocorrem com maior



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
						frequência nesta região de fronteira.
30/2012	Estabelecer ações de controle de aeronaves e embarcações na área circunscricional da Regional/DPF/AC	Embarcações e aeronaves são constantemente utilizadas no transporte de entorpecentes e no tráfico de animais silvestres, havendo necessidade de fiscalizar e controlar estes meios de transportes, como forma de melhor reprimir tais delitos.	NIP/SR/AC	Planejamento Coordenação Execução	Parcial	Esta meta que a priori seria desenvolvida pelo NIP/SR/DPF/AC foi direcionada para a Delegacia de Combate ao Crime Organizado, que tem contado com o apoio do Comando Aéreo da Aeronáutica em ações que visam alcançar a meta previamente estabelecida de controle de aeronaves.
31/2012	Realizar operações de inteligência policial necessárias à produção de conhecimento de caráter estratégico e operacional	Subsidiar os centros de decisões da Regional/DPF/AC	NIP/SR/AC	Planejamento Coordenação Execução	Sim	Foram produzidos conhecimentos úteis que auxiliaram as investigações policiais desenvolvidas nesta Unidade e nas Descentralizadas. Os conhecimentos produzidos, também possibilitaram a tomada de decisões estratégicas por parte do Gestor desta Superintendência Regional.
32/2012	Realizar a estruturação dos órgãos de inteligência das delegacias descentralizadas	Necessita de atuação uniforme e presente dos órgão de inteligência por todo o Estado do Acre	NIP/SR/AC	Planejamento Coordenação Execução	Parcial	Houve a fornecimento de alguns equipamentos de informática para as Unidade de Inteligência das descentralizadas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
						Alguns equipamentos necessários a atividade de inteligência não foram adquiridos por questões orçamentárias.
33/2012	Dotar os policiais lotados na DELEFAZ (DPF, EPF, APF) do conhecimento necessário visando combate aos crimes de desvio de verbas públicas, mediante a realização de cursos e missões policiais em outros Estados da Federação.	Grande demanda no Estado relacionada a desvio de verbas públicas.	DELEFAZ	Realização de cursos relacionados a desvio de verbas públicas.	Parcial	
34/2012	Dotar os policiais lotados na DELEFAZ de experiência em ações de inteligência policial, notadamente com o uso de interceptações telefônicas.	Ter o maior número possível de policiais treinados para atuarem em situações que demandem uso de métodos especiais de investigação.	DELEFAZ	Realização de missões em outros estados da federação.	Parcial	
35/2012	Aprimorar parceria com outros órgãos, notadamente CGU e Receita Federal.	Otimizar e melhorar investigações de desvio de verbas públicas, contrabando/descaminho e sonegação fiscal.	DELEFAZ	participação em missões policiais em andamento.	Parcial	
36/2012	Implantar ações pontuais de inteligência de combate ao contrabando e descaminho.	diminuir o contrabando e descaminho, notadamente de cigarros.	DELEFAZ	criar rede de apoio, pontos de contato, força tarefa e reuniões periódicas.	Sim	
37/2012	criação de força-tarefa com a CGU, visando coibir crimes relacionados à desvio de verbas públicas.	forte demanda na área.	DELEFAZ		Não	
38/2012	Capacitar servidores nas diferentes áreas de atuação da	A DELINST, por investigar crimes, cuja	DELNST	Treinamento de servidores policiais.	Sim	Durante o ano de 2012 foram oferecidos diversos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	DELINST a fim de que se tornem aptos a otimizar diligências investigativas, obtendo melhores resultados em menor tempo.	de investigação carece de conhecimentos específicos, necessita de servidores treinados e experientes na realização de diligências indispensáveis à elucidação dos referidos fatos típicos.				curtos aos servidores policiais da DELINST.
29/2012	Planejar a atuação da Polícia Federal no pleito de 2012, executando ações de inteligência policial, a fim de evitar e coibir ilícitos eleitorais.	Atribuição prioritária desta DELINST, sobremaneira anos de eleições.	DELINST	Executar ações de inteligência a fim de coibir ilícitos eleitorais.	Parcial	As ações de inteligência da Polícia Federal nas eleições de 2012 foram prejudicadas em razão da greve dos agentes, escrivães e papiloscopistas. Uma vez que a greve se encerrou nas proximidades das eleições a atuação da Polícia Federal foi mais ostensiva.
40/2012	Realizar operações policiais visando à prevenção e repressão ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual infanto-juvenil, à pedofilia, conflitos agrários e à repressão ao trabalho escravo e aos crimes praticados contra as comunidades indígenas.	Prevenir e reprimir os crimes praticados contra a ordem social, proteger as comunidades indígenas e resgatar os trabalhadores que se encontram em condições análogas à escravidão.	DELINST	Realizar operações policiais visando à prevenção e repressão ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual infanto-juvenil, à pedofilia, conflitos agrários e à repressão ao trabalho escravo e aos crimes praticados contra as comunidades indígenas.	Não	Em razão da falta de um delegado permanentemente a frente desta delegacia não possibilitou a realização de nenhuma operação de relevância.
41/2012	Estabelecer contato com os órgãos responsáveis por uma das áreas de atuação da DELINST a fim de criar ações policiais, confere rapidez e	A atuação de diferentes órgãos responsáveis pelos temas da DELINST, durante a ação	DELINST	Estabelecer contato com os órgãos responsáveis por cada uma das áreas de atuação da DELINST.	Sim	A DELINST possui um bom contato junto aos órgãos parceiros, quais sejam Ministério Público



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	em conjunto para repressão e punição dos ilícitos afetos à delegacia.					Federal, Ministério Público do Trabalho, FUNAI, Secretaria de Segurança do Estado, Exército, Marinha e Aeronáutica.
42/2012	Produzir conhecimento estratégico referentes a furtos/roubos de veículos ocorridos no estado do acre.	Há indicativos que sugerem que os veículos furtados ou roubados no Estado do Acre são transportados para a Bolívia. A realização de estudos estratégicos com análise dos respectivos dados tornaria mais eficiente a resposta da polícia repressiva.	DELEPAT		Não	
43/2012	Buscar junto à DPAT informações acerca do panorama nacional de delitos de natureza patrimonial, de sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro, com motivação política ou praticados em razão de função pública exercida pela vítima.	Identificar o modus operandi das quadrilhas que praticam tais delitos, visando a prevenção e repressão dos mesmos na área de responsabilidade da delegacia.	DELEPAT		Não	
44/2012	Identificar o modus operandi das quadrilhas especializadas em assaltos a banco, visando à prevenção e repressão dos mesmos na área de responsabilidade da delegacia.	A Interestadualidade na atuação das quadrilhas especializadas em assalto a bancos exige uma análise pormenorizada do modo de atuação dessas organizações como forma de otimizar o planejamento das atividades de polícia repressiva.	DELEPAT		Não	
45/2012	Finalizar o processo licitatório para aquisição dos	O processo licitatório para construção da nova sede não	SELOG	Solicitar junto a Brasília/DF os recursos necessários para	Sim	Foram recebidos recursos oriundos de gestões junto



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	equipamentos.	incluía os bens de consumo e permanentes descritos no objetivo.		iniciar o processo licitatório, confecção de termo de referência/projeto básico, licitar e empenhar até o final do exercício financeiro de 2012.		a COF/DLOG que resultaram nas aquisições de No-Breaks (R\$ 663.236,48), Gerador de Energia (R\$ 153.500,00) e Cabeamento Estruturado (R\$ 519.599,08).
46/2012	Adequação da Superintendência e Descentralizadas ao novo Regimento Interno.	Publicação da Portaria nº 2877-MJ, de 30 de dezembro de 2011, aprovando o novo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal.	DREX	Deslocamento para Brasília, reuniões com membros do Órgão Central e videoconferências.	Sim	Dentro das possibilidades da atual estrutura física da SR/DPF/AC foram adequados ou criados todos os setores previstos na atual legislação do DPF sobre o tema. Apesar de não estar previsto no organograma de superintendências da classe da SR/AC, planeja-se a criação de um NUFIN.
47/2012	Não deixar faltar materiais de consumo no estoque.	Oferecer insumos para continuidade das atividades da Superintendência.	SELOG	Fazer os termos de referência. Adedir atas de registro de preços ou realizar licitações para aquisição.	Sim	Foram realizadas aquisições de Cartuchos e Toners (R\$ 54.460,00), Material de Expediente (R\$ 8.589,61), Materiais de Limpeza para os postos da Op. Sentinela (R\$ 1.042,66), envelopes (R\$ 4.312,00), lâmpadas e materiais hidrossanitários (R\$ 622,00), Materiais Elétricos para DPF/EPA/AC (R\$



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
						3.331,85), Aquisição de papel A4 (R\$ 15.083,34), toners parav impressoras Brother HL 4150 (R\$ 7.857,00), dentre outras.
48/2012	Renovar todos os contratos com fim de vigência em 2012 e fazer repactuações.	Continuidade dos serviços prestados por terceiros à Superintendência.	SELOG	Fazer termos aditivos, apostilamentos, e celebração de novos contratos.	Sim	Foram devidamente renovados todos os contratos passíveis de renovação, bem como foram iniciados processos licitatórios para contratos que não puderam ser renovados, como Transporte de Mobiliário, Agência de Viagens e Serviço de Limpeza e Conservação. Além disso foram celebradas as respectivas repactuações necessárias.
49/2012	Concluir o processo licitatório em 2012.	Notificação da ANVISA pelas condições de higiene apresentada em um dos Postos.	SELOG		Não	
50/2012	Reduzir as faltas provocadas por problemas de saúde.	Introdução de técnicas de relaxamento e exercícios físicos para redução de stress.	SELOG	Realizar o processo licitatório para contratação de empresa especializada.	Não	Devido a grande demanda de procedimentos licitatórios junto a Comissão Permanente de Licitações, principalmente em função das obras da nova sede da SR/DPF/AC, não foi iniciado processo para a contratação em tela.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
51/2012	Realizar, no mínimo, 4 barreiras mensais.	Com o aumento do tráfico de drogas nas rodovias BR 364 e BR 317 faz-se necessário ampliar o controle fiscalizatório operacional.	DRE	Preparar o efetivo para as ações acima indicadas, bem como capacitar os servidores policiais. Se possível direcionar as atividades operacionais em conjunto com as atividades de inteligência buscando maior efetividade das ações.	Sim	Foram realizadas as barreiras policiais conforme cronograma estabelecido por esta DRE/SR/DPF/AC, resultando na realização de diversas prisões em flagrante e apreensão de entorpecentes, conforme os Autos de IPL 113/2012, 118/2012, 144/2012, 176/2012, 195/2012, 197/2012, 233/2012, 245/2012, 264/2012, 275/2012, 276/2012, 286/2012, 3/2012, 394/2012, todos desta SR/DPF/AC.
52/2012	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional terrestre e fluvial em Assis Brasil, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo e Plácido de Castro.	Fiscalizar com eficiência o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros.	DELEMIG DPF/EPA DPF/CZS	Estruturar os pontos de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos (novo STI).	Não	A DPF/EPA/AC conseguiu realizar testes para a implantação do sistema STI (Sistema de Tráfego Internacional) no Posto de Assis Brasil. Conseguimos operar por alguns dias o citado sistema, mas por problemas nos computadores voltou a ser utilizado o SINTI. Estamos viabilizando para o início de 2013 a utilização do STI sem



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
						interrupção. Tal sistema poderá ser implementado nos demais postos no Estado do Acre.
53/2012	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional no aeroporto de Rio Branco.	Fiscalizar com maior eficácia o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros quando de sua entrada/saída.	DELEMIG	Estruturar o ponto de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos (novo STI).	Não	Foi implantado o novo sistema do STI no município de Assis Brasil para facilitar o atendimento aos estrangeiros e fiscalizar procurados e impedidos.
						Na circunscrição da DPF/EPA/AC houve a substituição do computador do SERPRO que contém o programa SINPA (passaporte) por outro mais moderno, permitindo a agilidade nos procedimentos, e em consequência a melhoria e rapidez no atendimento ao público.
54/2012	Realizar serviços de emissão de passaportes e Laissez-passer.	Exercer as funções de polícia marítima aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF	DELEMIG, DPF/EPA E DPF/CZS	Aperfeiçoar o atendimento utilizando o Novo SINPA.	Sim	Na Delemig/AC, houve a substituição de 1 equipamento por um mas moderno. Sendo que no posto PEP/OCA, ainda não foi substituído por conta da alta demanda no início de 2013, não sendo possível fazer a troca para não prejudicar os



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
						Na circunscrição da DPF/EPA/AC foram realizados diversos procedimentos de naturalização e permanência (MERCOSUL) de bolivianos e peruanos, bem como realizada a expedição de protocolo provisório de refúgio a centenas de haitianos e estrangeiros de outras nacionalidades (cubanos, dominicanos etc.), após devidamente autorizado pelo CONARE.
55/2012	Realizar diligências relativas à naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos.	Verificar in loco a veracidade dos motivos que deram causa ao requerimento.	DELEMIG - DPF/EPA - DPF/CZS	Efetuar diligências e relatar os procedimentos dentro do prazo legal.	Parcial	Nesta Delemig/AC, foram realizadas inúmeras sindicâncias de Naturalização e Diversos tipos de permanência, todas dentro do prazo legal. Saliento informar que no ano de 2012 foram feitos mais de 300 registros temporários acordo Mercosul, e inúmeras prorrogações de prazos de diversas nacionalidades.
56/2012	Instaurar, instruir e relatar	Apurar ilícitos de estrangeiros	DELEMIG	Atualizar informações em	Sim	A tabela de condenados



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	inquiridos de expulsão do (Estatuto do estrangeiro), sejam inconvenientes aos interesses nacionais.	que, nos termos da lei nº 6.815/80		tabela própria quanto a estrangeiros condenados pelo Judiciário no Acre, solicitar autorização do MJ para instaurar IPE's, solicitar portaria de expulsão e solicitar autorização para expulsão.		no Estado do Acre está devidamente atualizada. Foram instaurados IPEs e outros foram relatados. Realizou-se algumas expulsões (Espanhola...), salientando que devido ao regime semi-aberto de alguns presos, não foi possível cumprir expulsões, por não cumprimento de penas e aos acordos vigentes
57/2012	Reprimir a entrada, estada e circulação de estrangeiros irregulares.	Cumprimento da legislação.	DELEMIG, DPF/EPA E DPF/CZS	Fiscalizar imóveis, hotéis, escolas, universidades, faculdades e hospitais; realizar barreiras policiais fixas e móveis nas principais vias de acesso à Capital.	Parcial	Foram realizadas diversas barreiras na circunscrição da DPF/EPA/AC visando coibir o ingresso irregular de estrangeiros, tendo sido lavradas diversas multas em relação a tais casos, bem como procedimento de deportação destes estrangeiros. Na DELEMIG, o trabalho de fiscalização foi intensificado na circunscrição desta SR/DPF/AC. Vários alienígenas foram autuados e notificados a deixar o país. Todos os hotéis (OPERAÇÃO BLADE RUNNER) de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
						Rio Branco, Plácido de Castro, Acrelândia, Sena Madureira e Boca do Acre/AM foram fiscalizados, bem como em fiscalizações de vendedores ambulantes e em empresas da região. Igualmente, houve diversas atuações e notificações para deixar o país de estrangeiros em situação irregular.
58/2012	Reprimir o trabalho irregular (formal e informal) de estrangeiros.	Resguardar o trabalhador brasileiro.	DELEMIG - DPF/EPA - DPF/CZS	Fiscalizar os hospitais, clínicas, lojas, escolas e camelôs em todo o Estado.	Não	Foi realizada operação conjunta com a Receita Federal na circunscrição da DPF/EPA/AC visando coibir estrangeiros que exerciam trabalho clandestino de venda de mercadorias (descaminho) pelas ruas de Brasília e Epitaciolândia, bem como na feira popular de Epitaciolândia, resultando na apreensão pela Receita Federal de centenas de mercadorias que adentraram irregularmente (sem o desembaraço aduaneiro) no Brasil.
59/2012	Apurar denúncias e coibir ocorrências fraudulentas em	Evitar a regularização de meios	DELEMIG	Investigar toda e qualquer suspeita de irregularidade.	Sim	Todos as investigações pertinentes a esta meta



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	processos de naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos e emissão de passaportes.	fraudulentos.				foram realizadas pelo núcleo de operações, salientando que em 2012 não teve tantas dificuldades por conta de que o efetivo encontrava-se nesta delegacia durante o ano todo.
60/2012	Fiscalização nos municípios sob circunscrição da DELEMIG / SR / AC (Operação Blade Runner – estrangeiro, tanto por este, quanto Continuação Fase 2: demais municípios).	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro, tanto por este, quanto pelas autoridades locais.	DELEMIG	Realizar diligências de fiscalização periodicamente nos referidos municípios.	Sim	Meta atingida pela equipe do núcleo de operações, salientando que a operação foi estendida para os municípios de Acrelândia, Bujari, Porto Acre, Senador Guionard, Capixaba, boca do Acre.
61/2012	Fiscalização e deportação imediata de estrangeiros irregulares (bolivianos e peruanos) no município de Rio Branco (Operação Coruja)	Reduzir o trânsito de estrangeiros irregulares, notadamente de vendedores ambulantes	DELEMIG	Fiscalização e deportação imediata de estrangeiros irregulares	Sim	Atividades realizadas com sucesso pelo núcleo de operações desta delegacia, sendo que o numero de estrangeiros irregulares diminuiu, devido há vários acordos vigentes com parte do MERCOSUL.
62/2012	Fiscalização de estrangeiros em trânsito pelos municípios acreanos (Operação Sarapó)	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro	DELEMIG	Fiscalização e deportação imediata de estrangeiros irregulares	Sim	Foram realizadas barreiras policiais em estradas circunvizinhas à capital, tendo atingido o objetivo pedagógico e preventivo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

2.3.2. . Resultado Alcançados das Metas Administrativas Anuais Ano de 2012

TABELA XI – RMA ADMINISTRATIVO

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
01/2012	Treinamento de todos os servidores lotados na Deleprev/SR/DPF/AC em ações de inteligência realizadas no âmbito das forças-tarefas previdenciárias.	É necessária a capacitação dos servidores para lidarem com equipamentos de inteligência, realização de vigilância, bem como na familiarização com os procedimentos para a interceptação telefônica.	DELEPREV	Entrar em contato com a DPREV para viabilizar a realização de treinamento dos policiais lotados na Deleprev.	Não	Não há força-tarefa dedicada para o Estado do Acre devido à baixa demanda relativa aos delitos previdenciários, bem como inexistiu cursos ministrados pela DPREV a respeito de crimes previdenciários.
02/2012	Continuar contando com a colaboração dos Servidores da Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos do Ministério da Previdência.	A colaboração de servidores do Ministério da Previdência Social é de fundamental importância nas ações de inteligência policial, principalmente no que diz respeito ao monitoramento das ações praticadas por quadrilhas especializadas em fraudar o INSS.	DELEPREV	Manter diálogo com os representantes da Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos em Brasília-DF para viabilizar a continuidade da força-tarefa previdenciária no Estado do Acre.	Parcial	Há apenas o assessoramento remoto por parte dos servidores da APE-GR.
03/2012	Disponibilizar uma nova ferramenta de controle das rotinas de remessa dos recebimentos (Inquéritos Policiais, Circunstanciados de termos satisfatório a partir das movimentações e guia de	É imperativo garantir a integridade, bem como o sigilo dos procedimentos policiais. No que pertine a remessa dos IPL's o Siscart oferece controle satisfatório a partir das movimentações e guia de	NUCART	Programar com o APF NELSO período para criação da ferramenta. Apresentar a ferramenta para a análise da DREX e da COR.	Parcial Parcial	Foram criadas peças no Siscart para realizar essa movimentação. Ainda não totalmente satisfatórias. Foram criadas peças no Siscart para realizar essa movimentação. Ainda não



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	Ocorrência, Registros Especiais, Cartas Precatórias e demais processos).	remessa. No entanto, este não oferece a opção para Termos Circunstanciados de Ocorrência, Registros Especiais, Cartas Precatórias, IPL's oriundos das delegacias de interior e demais processos.				totalmente satisfatórias.
				Orientar os usuários sobre a utilização da ferramenta.	Parcial	Foram criadas peças no Siscart para realizar essa movimentação. Ainda não totalmente satisfatórias.
				Disponibilizar um EPF, com a anuência do Sr. Drex, para efetuar análise da situação dos materiais constante em depósito, sem vinculação com IPL, apresentando os resultados em relatório pormenorizado.	Sim	Vide item 07
04/2012	Dá destinação adequada ao material que se encontra no Depósito de Materiais desta SR, sem vinculação com Inquérito.	Dá cumprimento ao item 142. Da IN 11/2011.	NUCART	Apresentar Relatório da situação de materiais constante em depósito sem vinculação com IPL à DREX e à COR para análise e manifestação.	Sim	Vide item 07
				Dá destinação adequada aos materiais constante em depósito sem vinculação com IPL.	Sim	Vide item 07
05/2012	Planejar e executar as Correções Ordinárias do ano de 2012 na Superintendência Regional e nas Delegacias do interior do Estado com análise técnica de todos os inquéritos policiais em	Cumprir determinação da IN 011/2001-DG/DPF	CORREGEDORIA REGIONAL	Analisar os procedimentos em andamento à luz das normas insculpidas na IN 011/2001-DG/DPF. Será necessário deslocar servidores lotados na Corregedoria Regional	Sim	A meta foi cumprida com pleno êxito, sendo realizada a Correção Anual nas três unidades da Polícia Federal no Acre, gerando o Relatório de Correções Ordinárias onde são apontadas as falhas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	andamento.			para as unidades de Cruzeiro do Sul e Epiaciolândia.		e sugestões para o melhoramento do Serviço de Polícia Judiciária.
06/2012	Intensificar as correições parciais de forma rotineira em todos os procedimentos investigatórios em andamento com a designação de um delegado para o encargo haja vista a remoção servidor responsável pelo procedimento.	Atendimento ao item 182 e seguintes da IN 011/2001-DG/DPF	CORREGEDORIA REGIONAL	Análise pontual dos inquéritos antes de serem encaminhados para justiça, bem como acompanhamento pelo NUCOR através de correição de forma e mérito os inquéritos, além da permanente disponibilidade do COR para prestar orientações às autoridades policiais.	Sim	Foi designado um Delegado de Polícia Federal para ser o substituto eventual do Núcleo de Correições, sendo que as correições parciais foram intensificadas.
07/2012	Capacitação de pelo menos 05 servidores para atuarem na área disciplinar mediante oferecimento de curso de capacitação.	Capacitação de servidores lotados na COR para adquirirem maior destreza quanto aos usos dos Sistemas SAD e CGU/PAD, bem como em relação aos procedimentos que tramitam na Corregedoria. Necessidade de capacitação de membros de Comissões Permanente de Disciplina para questões relacionadas à instrução de procedimentos administrativos disciplinares e sindicâncias (investigatórias e punitivas). Obs: os custos variam de acordo com o local do curso.	CORREGEDORIA REGIONAL	Provocar a COGER/DPF e a CGU para o fornecimento dos cursos uma vez que estes órgão são responsáveis por orientar e fiscalizar as ações na área disciplinar.	Parcial	A CGU disponibilizou uma vaga para o curso de atualização em Processo Disciplinar realizado nesta capital. A Corregedoria solicitou a abertura de vaga extra o que foi deferido. Assim participou do curso o DPF BENNY e o PCF RAMATIZ que atuam direta e indiretamente em trabalhos afetos a esta Corregedoria. Ainda falta treinar outros servidores lotados na COR.
08/2012	Implementar no âmbito da SR/AC rotina de intimação	Reduzir os custos com combustível, utilização de	CORREGEDORIA REGIONAL	Provocar o Superintendente Regional	Parcial	Verificou-se que há possibilidade



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AValiação DO RESULTADO
	via correios mediante convênio.	viatura e melhor aproveitar os trabalhos dos policiais federais para ações de investigação.		para que o SELOG faça análise da viabilidade da implementação desta meta.		implementação, visto que o contrato dos correios contempla tal possibilidade. Mas é preciso sincronizar o sistema dos correios com o do departamento, o que demanda serviço técnico especializado.
09/2012	Adquirir exemplares de literatura nacional e internacional atualizada sobre os diversos ramos periciais.	Manter uma biblioteca mínima, e com os títulos mais atuais e recomendados, para consulta e embasamento científico das perícias realizadas neste setor.	SETEC/AC	Elaborar lista de títulos considerados necessários ao trabalho técnico-científico desenvolvido no setor e tomar as providências cabíveis para sua aquisição.	Não	Não foram adquiridos em 2012 livros para o SETEC/AC.
10/2012	Adquirir reagentes, vidrarias e equipamentos para o laboratório químico-toxicológico do SETEC/AC de acordo com o Pregão Eletrônico 01/2011 (SRP) - UASG: 200136 - DIRETORIA TÉCNICO-CIENTIFICA.	Manter o laboratório do SETEC/AC funcional, evitando a falta de reagentes e equipamentos, o que pode atrasar o atendimento das solicitações de perícia e de fornecimento de narcotestes.	SETEC/AC	Elaborar lista de materiais de laboratório julgados necessários ao trabalho do SETEC/AC, em consonância com o Pregão Eletrônico 01/2011 (SRP), e encaminhá-la ao setor responsável pela aquisição.	Não	Não foram adquiridos reagentes por meio do Pregão Eletrônico 01/2011 (SRP) - UASG: 200136 - DIRETORIA TÉCNICO-CIENTIFICA
11/2012	Adquirir periodicamente gases para o ininterrupto funcionamento do equipamento de Cromatografia Gasosa acoplada à Espectrometria de Massas (CG-EM) disponível no laboratório	Evitar a interrupção do funcionamento do CG-EM, visto do tratar-se do equipamento mais moderno do laboratório do SETEC/AC, o que poderia inviabilizar a realização de perícias mais complexas, acarretando em atraso no	SETEC/AC	Monitorar o consumo de gases, elaborando celeremente os projetos básicos para aquisição dos mesmos e, caso possível, antecipando-se à falta destes insumos.	Sim	Foram adquiridos os gases necessários ao pleno funcionamento do aparelho de CG/MS durante 2012.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	SETEC/AC.	atendimento às solicitações.				
12/2012	Lotação de servidor administrativo para atuar na secretaria do SETEC/AC.	Em 2011 o SETEC/AC teve removida para outro setor sua única servidora administrativa, não tendo a mesma sido substituída até o presente momento. Atualmente os trabalhos administrativos são realizados por uma servidora contratada e por um estagiário, ambos em horário parcial.	SETEC/AC	Manter informados o SR e o SELOG sobre a situação do setor e fazer gestões para que tal necessidade seja atendida.	Parcial	Os setores responsáveis vêm sendo reiteradas vezes informados deste problema. Contudo por falta de servidores o mesmo não foi resolvido.
13/2012	Lotação de servidor policial, preferencialmente EPF, para auxílio nas atividades do SETEC/AC, particularmente na custódia de materiais, apoio à secretaria e atividades técnicas cabíveis.	A lotação de um servidor policial, particularmente um EPF, daria mais confiabilidade à cadeia de custódia dos diversos materiais que passam pelo setor, principalmente aqueles mais sensíveis tais como drogas e armas, os quais não podem ser manipulados por servidores não policiais. Atualmente este tipo de trabalho é realizado pelos PCFs, o que toma parte do tempo dos mesmos.	SETEC/AC	Manter informados o SR e o SELOG sobre a situação do setor e fazer gestões para que tal necessidade seja atendida.	Não	Por falta de concurso para o cargo de EPF, não há previsão de lotação de servidores
14/2012	Recrutamento de estagiário para o laboratório do SETEC/AC.	Atualmente o SETEC/AC não possui estagiário da área de laboratório e todo o serviço de lavagem de vidrarias, preparação de reagentes e organização do laboratório é realizado pelos peritos da área, o que consome tempo que poderia ser dedicado às perícias. Vale informar que já	SETEC/AC	Verificar a viabilidade junto ao SR e ao SELOG e solicitar a abertura de processo seletivo para preenchimento da vaga.	Parcial	O SR e SELOG estão informados da demanda, contudo, por limitações de número de estagiários, até o momento não foi possível o atendimento ao pleito



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
		se apresentaram estudantes interessados em trabalhar no setor.				
15/2012	Recrutamento de estagiário para o laboratório de Geoprocessamento do SETEC/AC.	Busca, tratamento e georreferenciamento de imagens de satélite, bem como, organização do banco de imagens e da base cartográfica digital utilizados nos exames periciais. Uma das etapas mais demoradas nos exames de meio ambiente é a busca e processamento das imagens de satélite. A disponibilização de uma pessoa para realizar esta etapa, proporcionará maior celeridade no atendimento das solicitações.	SETEC/AC	Verificar a viabilidade junto ao SR e ao SELOG e solicitar a abertura de processo seletivo para preenchimento da vaga.	Parcial	O SR e SELOG estão informados da demanda, contudo, por limitações de número de estagiários, até o momento não foi possível o atendimento ao pleito
16/2012	Providenciar folha de laudo padrão DPF (tarja amarela)	Impressão de Laudos	SETEC/AC	Interação com DITEC e SELOG	Não	O abastecimento de folhas de laudo está restabelecido desde o final de 2012
17/2012	Adquirir nova impressora laser colorida	O SETEC/AC necessita diariamente imprimir laudos e outros documentos técnicos com alta qualidade de definição. No momento temos disponível duas impressoras nesta especificação para atender ao serviço, estando uma localizada na sala dos Peritos e outra na da Chefia. Devido à alta demanda de trabalho consideramos ideal ao menos mais uma impressora de	SETEC/AC	Interação com SELOG	Parcial	O NTI possui projeto de aquisição de nova impressora colorida para o SETEC/AC, contudo o processo não foi concluído.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
		tal tipo para atendimento às necessidades do Setor. Cabe ressaltar que outros setores desta SR/AC costumam solicitar impressões coloridas a este SETEC/AC, ocasiões em que são prontamente atendidos.				
18/2012	Adquirir suprimentos para impressoras coloridas (cartuchos)	Necessidade e manutenção das atividades	SETEC/AC	Interação com SELOG	Sim	No momento, possuímos suprimentos suficientes para o uso da impressora colorida do SETEC/AC
19/2012	Adquirir uma estação de geoprocessamento para perícias de meio ambiente	Atualmente o Grupo de Perícias de Meio Ambiente, composto por sete peritos formados na área, conta com apenas uma estação de geoprocessamento para processamento de imagens de satélites e análises por sensoramento remoto. Por isso, é comum ocorrer atrasos em alguns trabalhos que dependem do uso da estação, pela grande demanda.	SETEC/AC	Definir as características e configurações do computador a ser adquirido e seus periféricos; Interação com o SELOG.	Não	Não foi feito termo de referência para aquisição de dita estação.
20/2012	Adquirir duas licenças do ArcGIS.	Atualmente o Grupo de Perícias de Meio Ambiente, composto por sete peritos formados na área, conta com apenas três licenças do ArcGIS. Muitas vezes o perito fica esperando a liberação de uma das licenças para realizar exames periciais, gerando atrasos no trabalho.	SETEC/AC	Interação com o SELOG; Verificar a versão mais atualizada, levando em consideração o custo/benefício.	Não	Não foi feito termo de referência para aquisição de dita licença
21/2012	Adquirir duas licenças para o	O ENVI é um software utilizado	SETEC/AC	Interação com o SELOG;	Não	Não foi feito termo de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	ENVI	para o tratamento e processamento de imagens de satélite. O SETEC/AC conta com apenas uma licença para realizar o processamento praticamente todas as imagens de satélites utilizadas no setor.		Verificar a versão mais atualizada, levando em consideração o custo/benefício.		referência para aquisição de dita licença
22/2012	Adquirir uma máquina copiadora	A demanda por cópias de laudos e documentos no SETEC/AC é alta, necessitando do uso constante da máquina copiadora disponível no corredor da SR/AC. Devido à demanda de trabalho, este setor considera justificável a instalação de um equipamento do gênero para uso do Setor.	SETEC/AC	Interação com SELOG	Não	Não foi feito termo de referência
23/2012	Adquirir duas licenças de Photo Shop	Necessidade para rodar o Horus e efetuar comparações	NID/SETEC/AC	Interação com o SELOG	Não	Apesar do software Horus desenvolvido pelo DPF ser compatível com o Photoshop, houve dificuldade em justificar a aquisição específica deste software.
24/2012	Contratar dois digitadores para inclusão de decisões judiciais no SINIC	Existem aproximadamente 10.000 decisões paradas por falta de mão de obra.	NID/SETEC/AC	Interação com o SELOG	Não	A meta não pôde ser alcançada em razão de indisponibilidade de recursos financeiros para as contratações.
25/2012	Adquirir uma nova máquina fotográfica para o NID/SETEC/AC	Identificação criminal e local de crime.	NID/SETEC/AC	Interação com o SELOG	Sim	Fornecida pelo NTI/SR/DPF/AC.
26/2012	Adquirir uma nova impressora	Impressão de fotografias e laudos	NID/SETEC/AC	Interação com o SELOG	Sim	A impressora já foi adquirida.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	impressora colorida para o NID/SETEC/AC.	de pericia papiloscópica.				restando somente ser instalada no setor.
27/2012	Adquirir nova estufa e reagentes químicos para papiloscopia	Realização de pericia papiloscópica, matérias com mais de 5 anos de uso.	NID/SETEC/AC	Interação com o SELOG	Não	Falta de recursos financeiros.
28/2012	Contratar empresa especializada em suporte técnico, para atuar nas unidades do DPF no Estado do Acre. Meta não realizada no ano de 2011.	Agilizar a facilitar a manutenção do parque computacional a disposição da Superintendência no Estado do Acre. O custo acima é uma estimativa anual, à razão de R\$ 6.000,00 ao mês	NTI/SR/DPF/AC	- Realizar licitação para contratação de empresa.	Não	- Não houve orçamento suficiente.
29/2012	Continuar a substituição dos computadores obsoletos em uso nas unidades do DPF no Estado do Acre que vem sendo executada desde 2009, 2010 e 2011	Finalizar a troca de equipamentos de informática iniciada em 2009, de forma a prover condições adequadas de trabalho aos servidores e visando a adequação da infraestrutura para o novo prédio da Superintendência Regional. Custo aproximado de R\$ 100.000,00, a razão de mais ou menos R\$ 2.000,00 por equipamento.	NTI/SR/DPF/AC	- Realizar Licitação para substituição das máquinas.	Sim	Foram feitas cerca de 60% das substituições.
30/2012	Contratar link de comunicação para o Aeroporto de Cruzeiro do Sul. Meta não atingida no ano de 2011.	O link utilizado atualmente é fornecido pela INFRAERO, o que por motivos estritos de segurança é altamente não recomendado. Custo anual estimado de R\$ 18.000,00	NTI/SR/DPF/AC	- Fazer gestões junto à CGTI para a mudança do link da tranca de Epitaciolândia para o Aeroporto de Cruzeiro do Sul.	Não	
31/2012	Finalização da instalação do sistema INTEGRAPOL,	Modernizar a comunicação policial nas cercanias de Rio	NTI/SR/DPF/AC	- O contrato com o INTEGRAPOL foi	Parcial	- Não foi atingida devido ao encerramento do contrato (e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
	iniciada no final de 2011, para adequar o Acre às expectativas de sistema, otimizando os recursos de radiocomunicação do DPF atualmente disponíveis. Não há estimativas de custo, pois será suportado pela DITEL.	Branco e integrar as Delegacias Descentralizadas ao mesmo de sistema, otimizando os recursos de radiocomunicação do DPF atualmente disponíveis. Não há estimativas de custo, pois será suportado pela DITEL.		vencido. - A base física chegou a ser instalada, mas mudanças na DITEL não possibilitaram a instalação (com a vinda do técnico) para esta SR		dos recursos) disponíveis para a finalização da implantação do sistema
32/2012	Implantação de VOIP nos principais pontos de presença de Polícia Federal no Acre	Reduzir custos telefônicos. O investimento inicial é em torno de R\$ 10.000,00.	NTI/SR/DPF/AC	Necessita-se da visita de um técnico em telecomunicações para implementar a solução	Parcial	- O técnico veio mas não teve tempo hábil para implementar a solução
33/2012	Elaborar termo de referência para a contratação de empresa mantenedora do parque de centrais telefônicas da Superintendência e Delegacias Descentralizadas.	Garantir o pleno funcionamento das centrais telefônicas e otimizar a sua utilização. O custo estimado é anual, com pagamento mensal de aproximadamente R\$ 4.000,00	NTI/SR/DPF/AC	Não há mais a necessidade de contratação.	Sim	Não houve a contratação resultando em economia para o erário devido ao treinamento dos policiais envolvidos.
34/2012	Substituição do parque de impressoras e retirada do parque de equipamentos obsoletos. Instalação de equipamentos multifuncionais em todas as Delegacias e Postos	Redução do quantitativo de modelos de cartuchos e toners adquiridos, o que onera e torna lento o processo aquisitivo. Renovação do parque. Dotar todas as Unidades de recursos de cópia e de digitalização de documentos. Já foram adquiridas 11 unidades em 2011 e planeja-se adquirir mais 7 equipamentos, ao curso total de R% 36.000,00.	NTI/SR/DPF/AC	- Cerca de 60% do parque de impressoras já foi renovado.	Parcial	Novas impressoras devem ser licitadas
35/2012	Reforma da Delegacia	Há muitos anos a Delegacia de Cruzeiro do Sul tem reforma, o prédio está com uma aparência horrível, com infiltrações,	DPF/CZS/AC	Foi elaborado o projeto de reforma e licitação para a obra.	Sim	A obra foi iniciada em novembro de 2012 com a conclusão prevista para março de 2013.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	RESULTADO	AVALIAÇÃO DO RESULTADO
		goteiras e outros problemas				
36/2012	Capacitar os servidores lotados no SRH/SR/DPF/AC objetivando o alcance dos níveis de competências de 2011, o que, por si só, exigidos para o bom desempenho das ações capacitação de todos os específicos inerentes a área servidores ali lotados. de Recursos Humanos.	Todo o quadro de pessoal do setor, foi renovado no exercício de 2011, o que, por si só, justifica a necessidade de capacitação de todos os servidores ali lotados.	SRH	Não há nenhuma cadastrada.	Parcial	Foi capacitado apenas parte dos servidores do SRH no ano de 2012. Não foi possível a liberação dos demais em razão do baixo efetivo e da grande demanda de trabalho.
37/2012	Atingir 95% do cronograma.	No ano de 2010 foi licitada a construção da nova Sede e em 2011 teve o início da obra.	SELOG/GTED		Não	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

2.4. INDICADORES

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto **CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022)**. Esse documento foi a diretriz utilizada Pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo, foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE
PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012**

2.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

No tocante a execução dos trabalhos de controladoria, existe no âmbito desta UJ servidor designado para acompanhar a movimentação financeira diária da gestão via SIAFI.

Quanto às atividades de cunho operacional e administrativos que não envolvam recursos orçamentários e financeiros, quem faz tal acompanhamento é a Corregedoria.

Cabe ressaltar, que no exercício de 2012, esta UJ recebeu uma visita de orientação técnica da Coordenação de Orçamento e Finanças – COF, responsável por toda a gestão financeira e orçamentária do Departamento de Polícia Federal, que além de conferir os trabalhos realizados nas áreas de licitação, contratos e Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, também realizou palestras para os servidores e reunião com os gestores.

2.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise Crítica:

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado do Acre não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Assim, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente no Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

2.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO

Correições e, segundo o regimento interno, cabe à Corregedoria receber notícias ou representações sobre faltas cometidas por servidores em exercício no DPF; controlar, fiscalizar e avaliar os trabalhos das Comissões de Disciplina; coletar dados estatísticos das atividades de polícia judiciária e disciplinar; apurar as irregularidades e infrações cometidas por servidores do DPF, dentre outras que lhe sejam designadas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

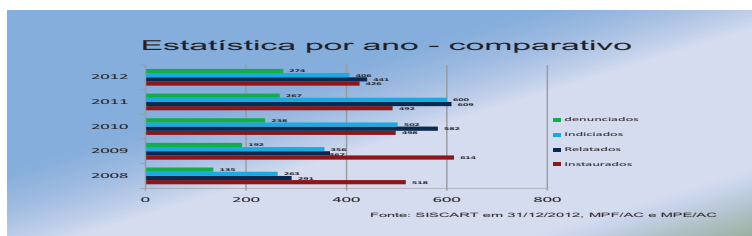
Assim, cabe frisar que por ocasião das Correições Ordinárias do ano de 2012 verificou-se baixo desatendimento aos comandos da Instrução Normativa 011/2001 – DG/DPF, que trata das normas de polícia judiciária, observando-se que, de modo geral, o desempenho das autoridades policiais nesta unidade melhora a cada ano, em vista do ganho de experiência e pela inocorrência de rodízio de autoridades na presidência dos inquéritos, fato que era rotineiro nesta unidade há alguns anos em virtude de remoções com base em liminares por ocasião de formação de novos policiais pela ANP.

Ressalte-se que a SR/DPF/AC vem a cada ano se superando não apenas em números absolutos, mas também na qualidade das investigações. Vale aqui ressaltar o histórico em linha de ascensão quando foi registrado que no ano de 2009 esta regional encontrava-se em último lugar no ranking nacional na relação IPL instaurado/relatado. No ano de 2010 chegou ao 11º lugar, com 130% de aproveitamento, conforme estatística³ da própria COGER.

De acordo com dados compilados pela COGER, embora no ano de 2012 a UJ tenha ficado com a produtividade somada das três unidades em 99%, ela chegou à **4ª colocação no Ranking da COGER⁴**, com produtividade positiva, em 103%, que muito embora esteja aquém dos últimos anos, não retrata o potencial desta regional.

Vale mencionar que os trabalhos foram severamente prejudicados pelo movimento grevista que paralisou as atividades de polícia judiciária por quase 70 dias.

Entretanto, como termômetro dos trabalhos aqui desempenhados, destaca-se a manutenção do número de indiciados e das denúncias, que se mantiveram em patamares bastante razoáveis e crescentes, acompanhando o número de relatórios, do que se deduz que os procedimentos investigativos desta regional possuem robusta prova indiciária, suficiente para a formação da opinio delicti do MPF e, conseqüentemente, com expectativa exitosa na esfera judicial, conforme gráfico a seguir:



³ <http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/inqueritos-policiais/inquerito-policiais-historico/2010-ipls-produtividade/inqueritos-policiais-produtividade-2010>

⁴ <http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/inqueritos-policiais/inqueritos-policiais-produtividade-2012/inqueritos-policiais-produtividade-2012>



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Ainda destacamos no quadro acima a evolução do número de denúncias ao longo de cinco anos, numa relação direta com o número de relatórios e indiciamentos, demonstrando qualidade da prova. Verifica-se também um declínio gradual nos últimos três anos do número de instaurações, o que favorece o trabalho investigativo, permanecendo na média de 400 inquéritos instaurados por ano.

É de se registrar que foram incluídas nesta estatística as 28 denúncias advindas de inquéritos de Delegacia Regional de Combate a Entorpecentes cujas ações penais tramitaram na Vara Estadual de Tóxicos desta capital e 233 outras denúncias foram ofertadas pelo Ministério Público Federal com base exclusivamente em inquérito policial.

2.4. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

A Corregedoria desta UJ cumpre regularmente o disposto na Portaria nº 1.043/2007 sendo lançados todos os procedimentos disciplinares em andamento no sistema CGU-PAD.

Assim, no âmbito desta UJ foram apuradas as correções, conforme abaixo:

TABELA XII – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES – SR/AC TODAS AS UNIDADES		
PROCEDIMENTO	2012	2011
SINDICÂNCIAS INVESTIGATIVAS	10	04
SINDICÂNCIAS ACUSATÓRIAS	00	01
PROCESSO DISCIPLINAR	04	05
TOTAL	14	10

TABELA XIII – PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

PROCEDIMENTOS CORREICIONADOS – SR/AC TODAS AS UNIDADES		
PROCEDIMENTO	2012	2011
SR/DPF/AC	257	227



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

DPF/CZS/AC	Todos em cartório	Todos em cartório
DPF/EPA/AC	Todos em cartório	Todos em cartório

TABELA XIV – RELATÓRIO CGU - PAD

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2012 A 31/12/2012		
Quadro Consolidado Global		
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012		
Quantidade de registros selecionados: 1	Nº Agências Alvo/paralelas	
Total Não-Indicada:	0	
Total Absolvido ou Arquivado:	0	
Total Suscitado a outro processo disciplinar:	2	
Total Apurado:	1	
Advertência:	1	
Suspensão:	0	
Suspensão Convertida em Multa:	0	
Demissão do Cargo Efetivo:	0	
Demissão por Justa Causa:	0	
Demissão sem Justa Causa:	0	
Destituição de Direção de Integridade:	0	
Cessaçao da Aposentadoria:	0	
Destituição de Cargo em Comissão:	0	
Destituição de Função Interina:	0	
Outra:	0	

As informações contidas neste relatório foram extraídas dos dados disponíveis no sistema de controle de processos disciplinares da Polícia Federal, conforme disposto no art. 7º, § 1º, da Lei nº 12.827, de 10 de novembro de 2011, e no art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

As informações apresentadas não representam o total de processos disciplinares em andamento, pois não incluem os processos disciplinares em andamento, conforme previsto no art. 121 da Lei nº 11.290.

Página 1 de 1
Data de geração: 18/01/2013
Órgão: Controladoria-Geral da União



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

TABELA XV – RELATÓRIO CGU – PAD

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos:	1	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		4
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		6
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		4
Total de Procedimentos		14
Superintendência Regional do Acre		
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		4
Total de Ritos Sumários		0
Total de Sindicâncias		6
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		4
Total de Procedimentos		14
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
08220000862201200	30/01/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08220019345201115	19/03/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08220010238201211	27/08/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08220015071201276	12/11/2012	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08220007400201213	08/06/2012	Sindicância
08220011841201210	05/09/2012	Sindicância
08220009602201291	23/07/2012	Sindicância
08220010038201250	08/08/2012	Sindicância
0822001220201274	19/10/2012	Sindicância
08221003948201276	09/11/2012	Sindicância
08221002343201268	18/05/2012	Sindicância Patrimonial
08221002985201267	31/08/2012	Sindicância Patrimonial
08221003742201246	26/10/2012	Sindicância Patrimonial
08221004082201211	23/11/2012	Sindicância Patrimonial



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

TABELA XVI – RELATÓRIO DE INQUÉRITOS

ORDEM	INDICADOR	DATA	INSTAURADOS	RELATADOS	INDICIADOS	ÍNDICE	META	% DA META	2011
1	Taxa de conclusão IPL na SR/DPF/AC	31.12.2012	426	441	397	103%	>100%	+ 3%	126%
2	Taxa de conclusão IPL na DPF/CZS/AC	31.12.2012	111	115	66	103%	>100%	+ 3%	103%
3	Taxa de conclusão IPL na DPF/EPA/AC	31.12.2012	121	98	140	78%	>100%	- 22%	140%

PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

A programação orçamentária desta Unidade Gestora está vinculada à programação do Órgão Central de Orçamento e Finanças da Polícia Federal – COF/DLOG/DPF, que propõe a dotação orçamentária do Departamento de maneira total e única para integrar a proposta orçamentária do Ministério da Justiça. É também a COF/DLOG/DPF que acompanha a inclusão da proposta na PLOA e os valores aprovados e acolhidos na LOA, assim como a proposição ao Ministério da Justiça, de abertura de créditos (suplementares, especiais e extraordinários) de acordo com LDO e LOA.

Como ação administrativa decorrente da definição do orçamento do DPF, a Coordenação de Orçamento e Finanças propõe ao Diretor-Geral, o estabelecimento de Cotas Orçamentárias de Custeio para todas as Unidades Gestoras do DPF, e o Dirigente Máximo as estabelece anualmente para a execução do orçamento.

Assim a proposta orçamentária do DPF leva em consideração os limites orçamentários de custeio estabelecidos para cada unidade que compõe a sua estrutura, para as principais naturezas de despesas de custeio, como: Diárias, Material de Consumo, Passagens e Despesas com locomoção, Outros Serviços – Pessoa Física, Locação de Mão-de-obra e Outros Serviços – Pessoa Jurídica. Para o ano de 2011 as cotas orçamentárias de custeio foram estabelecidas pela Portaria nº 2651-DG/DPF, DE 14 de outubro de 2011, conforme quadro abaixo reproduzido:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

TABELA XVII – ORÇAMENTO DA SR/DPF/AC 2012

UG	PI	ND		VALOR
200380	702T-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	150.000,00
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	550.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	550.000,00
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	110.000,00
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.925.000,00
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.500.000,00
	702INF-11	33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	50.000,00
		33903928	SUPORTE A USUÁRIOS DE T.I.	175.000,00
	Subtotal – Tesouro			5.010.000,00
200381	363F-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Operacionais)	1.400.000,00
	351F-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Sigilosas)	20.000,00
	Subtotal – FUNAPOL			1.420.000,00
Total				6.430.000,00

Com efeito, os quadros que tratam da programação de despesas estão vinculadas à gestão central do DPF, sendo repassadas a esta unidade, conforme necessidades apontadas durante o transcorrer do exercício e créditos solicitados.

4.1. Identificação das unidades orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TESOURO NACIONAL	30108	200380
FUNAPOL	30909	200381



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

2.5. Movimentação de créditos interna e externa

QUADRO A.4.2.A – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – UG 200380

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG:		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	200380	2010 2679 2000 2004 2010 2012	-	-	5.531.551,29
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	200380	5022	12.258.590,94	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.2.B – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – UG 200381

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-		
	Recebidos	-	200381	14M4 2586 2679 2720 2726 2000	-	-	2.075.857,05
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	200381	5022	741.409,06	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

2.5.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.5.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.2.1.1.A. – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE
MOVIMENTAÇÃO – UG: 200380/0001

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	2.889.567,20	2.370.654,18	2.889.567,20	2.370.654,18
a) Pregão	2.889.567,20	2.370.654,18	1.030.423,39	2.370.654,18
2. Contratações Diretas (g+h)	1.030.423,39	1.216.696,75	996.310,05	1.216.696,75
b) Dispensa	996.310,05	1.178.326,59	34.113,34	1.178.326,59
c) Inexigibilidade	34.113,34	38.370,16	16.312,47	38.370,16
3. Regime de Execução Especial	16.312,47	-	16.312,47	-
d) Suprimento de Fundos	16.312,47	-	16.312,47	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	238.576,16	-	238.576,16	-
e) Diárias	238.576,16	-	238.576,16	-
5. Outros	265.087,02	809.799,67	265.087,02	809.799,67
f) Não se aplica	265.087,02	809.799,67	265.087,02	809.799,67
Total (1+2+3+4+5)	4.439.966,24	4.397.150,60	4.439.966,24	4.397.150,60

Fonte: SIAFI GERENCIAL

QUADRO A.4.2.1.2.B – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE
MOVIMENTAÇÃO: UG.200381/00001

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	811.644,42	-	811.644,42	-
a) Tomada de Preços	741.409,06	-	741.409,06	-
b) Pregão	70.235,36	-	70.235,36	-
2. Contratações Diretas (g+h)	8.846,30	1.600,00	8.846,30	1.600,00
c) Dispensa	8.846,30	1.600,00	8.846,30	1.600,00
3. Regime de Execução Especial	134.684,64	232.898,10	134.684,64	232.898,10
d) Suprimento de Fundos	134.684,64	232.898,10	134.684,64	232.898,10
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.817.293,08	-	1.817.293,08	-
e) Diárias	1.817.293,08	-	1.817.293,08	-
5. Outros	28.485,20	1.714.324,32	1.845.778,28	1.714.324,32
f) Não se aplica	28.485,20	1.714.324,32	1.845.778,28	1.714.324,32
6. Total (1+2+3+4+5)	1.845.778,28	1.948.822,42	1.845.778,28	1.948.822,42

Fonte: SIAFI Gerencial

2.5.1.2. Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

QUADRO A.4.2.1.2.A – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO: UG 200380/00001

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
14 Diárias - Pessoal Civil	238.576,16	112.424,81	238.576,16	112.424,81		-	238.576,16	112.424,81
30 Materiais De Consumo	526.034,24	633.496,25	404.677,73	466.100,37	121.356,51	167.395,88	404.677,73	466.100,37
33 Passagens E Despesas Com Locomoção	340.328,23	357.616,03	320.328,23	293.642,17	20.000,00	63.973,86	320.328,23	293.642,17
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	120.000,52	113.328,98	109.310,89	113.328,98	10.689,63	-	109.310,89	113.328,98
37 Locação De Mão-De-Obra	1.994.357,27	1.673.907,91	1.730.824,25	1.134.728,33	263.533,02	539.179,28	1.730.824,25	1.134.728,33
39 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	1.756.245,91	1.839.430,51	1.342.080,34	1.399.301,25	414.165,57	440.129,26	1.342.080,34	1.399.301,25
47 Obrigações Tributárias E Contributivas	8.757,55	8.147,27	8.757,55	8.147,27	-	-	8.757,55	8.147,27
92 Despesas De Exercícios Anteriores	42.404,39	152.481,58	42.404,39	152.481,58	-	-	42.404,39	152.481,58
93 Indenizações e Restituições	202.342,97	515.275,90	202.342,97	515.146,63	136,96	129,27	202.342,97	515.146,63
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
51 Obras e Instalações – Op. Int. Orç.	12.425.696,99	-		-	12.425.696,99	-		-
52 Equip. e Mat. Perman. – Op. Int. Orç.	135.398,00	-	42.706,00	-	92.692,00	-	42.706,00	-

Fonte: SIAFI Gerencial



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

QUADRO 4.2.1.2.A. B- DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO: Valores em R\$
 UG 200381/00001 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	1.964.086,63
14 Diárias - Pessoal Civil	1.817.293,08	1.674.314,88	1.817.293,08	1.674.314,88	1.817.293,08	-	1.817.293,08	1.674.314,88
30 Materiais De Consumo	63.784,76	70.171,71	63.784,76	70.171,71	63.784,76	-	63.784,76	70.171,71
33 Passagens E Despesas Com Locomoção	49.670,40	-	49.670,40		49.670,40	-	49.670,40	
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	93.385,20	169.695,24	93.385,20	169.695,24	93.385,20	-	93.385,20	169.695,24
39 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	38.865,61	63.080,56	38.865,61	45.260,56	38.865,61	17.820,00	38.865,61	45.260,56
92 Despesas De Exercícios Anteriores	-	4.644,24	4.644,24	-	-	-	4.644,24	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
51 Obras e Instalações – Op. Int. Orç.	741.409,06	-	741.409,06	-	-	-	741.409,06	-
52 Equip. e Mat. Perman. – Op. Int. Orç.	12.858,00	-	12.858,00	-	-	-	12.858,00	-

Fonte: SIAFI Gerencial

2.6. ANÁLISE CRÍTICA

A política de contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício 2011 teve continuidade em 2012. Assim, as dificuldades encontradas no ano



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

anterior se perpetuaram no ano posterior, prejudicando, desta forma, os fornecedores e prestadores de serviço da instituição.

O contingenciamento de recursos, a tempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços atribuídos à Polícia Federal no tocante ao combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando grandes eventos internacionais estão por vir, é imprescindível que toda a estrutura seja colocada como prioridade, seja de recursos humanos ou materiais, sob pena de graves problemas na consecução do cumprimento das missões da Polícia Federal.

Em atenção ao plano de metas de contenção de despesas e otimização dos recursos obtidos, esta UJ pode apresentar resultados positivos no que concerne, por exemplo, a redução dos gastos com energia elétrica, telefonia fixa, bem como manutenção de viaturas e aquisição de combustíveis.

A eficiência na gestão orçamentária para o custeio anual das atividades da UJ tem sido meta recorrente nos últimos anos. Nesse sentido, a busca pela melhor relação custo-benefício nas contratações da UJ vem sendo ferramenta indispensável na adequação das cotas orçamentárias aos gastos anuais da unidade, principalmente no tocante à prestação de serviços e mão-de-obra terceirizada. Contínuas reavaliações dos valores contratados e das estimativas de consumo vêm se tornando ainda mais indispensáveis a cada exercício financeiro.

Ressalta-se que, de forma institucional, há crescente tendência na realização de procedimentos licitatórios em âmbito nacional para atendimento das demandas comuns a todas as UJs, o que proporciona maior economia de escala e melhores preços para administração. Entretanto, reitera-se que a falta de servidores, especialmente no quadro administrativo, é um fator impactante nessa política, de forma que o percentual de processos licitatórios nacionais ainda encontra-se aquém do necessário em termos de ganho de escala. Sendo assim, a baixa competitividade regional em alguns serviços e/ou insumos, muitas vezes, eleva sobremaneira os custos contratuais, obrigando ainda maior contingenciamento das despesas e maior eficiência nas contratações.

Um outro ponto relevante, e que contribui para a economia em relação ao uso da telefonia, é a utilização da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/AC desde o início de 2010. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica.

Além das facilidades da videoconferência, salienta-se, ainda sob esse contexto, a gestão mais eficaz da telefonia fixa convencional nesta Unidade Jurisdicionada que vem realizando



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

um maior controle na liberação do serviço, mediante a emissão de senha individual para que cada servidor realize as chamadas telefônicas. Serviço de telefonia, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, exige senha individual e perfil de acesso para cada usuário.

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.1.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores -

QUADRO A.5.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados: UG 200380/00001				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	32.458,87	-	23.944,02	12.112.660,67
2010	680.930,59	297.598,72	350.873,00	-
2009	167.129,73	12.472,33	154.657,40	-
Restos a Pagar não Processados: 200381/00001				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	291.865,41	-	291.865,41	-
2010	13.226.380,00	14.381,98	12.920.132,61	-
2009	873.104,86	2.296,86	870.808,00	-

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: Saldos a pagar em 31/12:
Montante Inscrito – Cancelados –
Pagos = saldo a pagar em 31/12.

5.1.2 Análise Crítica

Em que pese o plano ser plurianual e as metas serem estabelecidas a cada exercício, dependendo dos fatos ocorridos no decorrer do ano, as projeções quando da elaboração do PPA,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

podem sofrer alterações, prejudicando, desta maneira, a execução do planejamento interno da unidade.

Nesse contexto, justifica-se a inscrição dos valores em restos a pagar processados e não processados, tendo em vista que o contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras é imposto diretamente pelo Governo Federal e indiretamente pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF.

É importante frisar, ainda, que encontra-se em andamento a construção da nova sede e que, não sendo possível realizar suas medições dentro do prazo estabelecido, e consequentemente, o atesto das notas, seus valores foram inscritos em restos a pagar. Esta situação por si já justifica o aumento durante o exercício de 2012 nos restos a pagar que vinha apresentando um decréscimo se comparado aos exercícios anteriores.

Ademais, salienta-se que muitas empresas acabam por emitir e remeter algumas de suas notas fiscais somente no início do exercício financeiro posterior ao serviço prestado ou do bem adquirido. Desta forma, ao final de todo exercício, existe a necessidade de prever os valores remanescentes para liquidação correspondente a cada empenho emitido ao longo do ano.

5.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.2.1. DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constantes nos Decretos nº 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 e 3.518/2000, Instrução Normativa nº 05/1996-STN, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-MPOG, Portaria nº 95-MF, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Instrução Normativa nº 049/2011-DG/DPF, revogando a Instrução Normativa nº 11/2009-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos de Cartão Corporativo do Governo Federal, no âmbito do Departamento.

Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos no quadro abaixo:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

5.2.1.1 Suprimento de fundos – Visão geral

QUADRO A.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
200381	FUNAPOL	-	109.390,00	43.844,55	153.234,55
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	109.390,00	43.844,55	153.234,55

Fonte:SIAFI E NEOF/SR/DPF/AC

5.2.1.2 Suprimento De Fundos – Cartão De Crédito Corporativo (CPGF)

5.2.1.2.1. Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO A.5.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1			Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	
Total Utilizado pela UG				-	-	
Código da UG 2:	200381		Limite de Utilização da UG:			
2012SF000003		999	-	4.000,00	-	4.000,00
2012SF000012		999	-	4.900,00	-	4.900,00
2012SF000015		999	-	16.000,00	-	16.000,00
2012SF000023		999	-	10.000,00	-	10.000,00



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

2012SF000024	999	-	11.105,00	105,00	11.000,00
2012SF000026	999	-	10.000,00	-	10.000,00
2012SF000028	999	-	9.352,00	1.352,00	8.000,00
2012SF000029	999	-	20.000,00	2.000,00	18.000,00
ERICO VIEIRA SOARES	648522452-15	-	3.550,00	12.327,13	-
CEZAR SILVINO GOMES	002479466-05	-	1.400,00	1.081,64	-
MARCEL ULLRICH DIAS	055242227-40	-	900,00	3.459,34	-
WILSON CHISTE FLEMING	637757196-87	-	2.440,00	5.034,33	-
ANTONIO RODOLFO DE SOUZA LAMENHA	034145184-30	-		444,00	-
SEBASTIÃO CEZAR DE OLIVEIRA	047712187-06	-	2.290,00	3.533,47	-
AGNALDO MENDONÇA ALVES	088145368-48	-	15.000,00	-	-
Total Utilizado pela UG			-	-	-
Total Utilizado pela UJ			-	-	-

Fonte: SIAFI E NEOF/SR/DPF/AC

QUADRO A.5.3 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercício	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	122	109.390,00	25	43.844,55	153.234,55
2011	-	-	220	173.022,00	26	78.340,31	251.362,31
2010	-	-	182	91.455,20	45	74.658,79	166.113,99

Fonte: SIAFI E NEOF/SR/DPF/AC

5.2.1.3 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO A.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		-		-	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor				
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	18		-	-	-	-

Fonte: SIAFI E NEOF/SR/DPF/AC

5.2.1.4 Análise crítica

A execução da despesa realizada por meio de suprimento de fundos tem caráter excepcional. Tais montantes são aplicados, de forma criteriosa, no pagamento de despesas que exigem pronta quitação e que não podem esperar pelo procedimento ordinário de execução.

Vale destacar que grandes partes das atividades policiais, em especial, as operações, utilizam de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso, visto que ela permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência nela envolvida no que se refere a repressão ao tráfico de entorpecentes, armar e combate ao crime organizado, dentre outros.

Tal medida tem como foco zelar pela segurança de todos os envolvidos nos trabalhos, que sejam policiais, parceiros ou informantes.

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, sendo assim, tais informações serão prestadas pela Coordenação de Recursos Humanos.

Ante o exposto, os dados contidos nos quadros pertinentes às aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da unidade, referem-se somente ao exercício de 2012, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado Órgão Central.

Ademais, algumas informações solicitadas são resguardadas por sigilo, conforme classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69, de 14/12/2012, contudo, ficarão à disposição para solicitação dos órgãos de controle em caso de necessidade.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1. Demonstração Da Força De Trabalho À Disposição Da Unidade Jurisdicionada

Considerando que tais informações são resguardadas por sigilo, conforme já explicitado, este item não será informado neste Relatório de Gestão.

6.1.1.1 Situações Que Reduzem A Força De Trabalho Efetiva Da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	02
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	02
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	02
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	02
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	22
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	15
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	02
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	02
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	03
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	22
4.1. Doença em Pessoa da Família	12
4.2. Capacitação	10
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	02
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	01
5.2. Atividade Política	01
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	50

Fonte: SRH/SIAPE



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

6.1.2 Qualificação Da Força De Trabalho

QUADRO A.6.2 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	04	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-		-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	04	-	-
2. Funções Gratificadas	-	19	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	19	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	23	-	-

Fonte:SRH/SIAPE

6.1.3 Qualificação Do Quadro De Pessoal Da Unidade Jurisdicionada Segundo A Idade

Considerando que tais informações são resguardadas por sigilo, conforme já explicitado, este item não será informado neste Relatório de Gestão.

6.1.4 Pessoal Da Unidade Jurisdicionada Segundo A Escolaridade

QUADRO A.6.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	01	16	36	141	-	-	-
1.1. Servidores de Carreira	-	-	01	16	36	141	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	23	-	-	-
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	04	-	-	-
2.2. Funções Gratificadas	-	-	-	-		19	-	-	-



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

3. Totais (1+2)	-	-	01	16	36	164	-	-	-
------------------------	---	---	-----------	-----------	-----------	------------	---	---	---

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/SIAPE

6.1.5 Composição Do Quadro De Servidores Inativos E Pensionistas

6.1.5.1 Classificação Do Quadro De Servidores Inativos Da Unidade Jurisdicionada Segundo O Regime De Proventos E De Aposentadoria

QUADRO A.6.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	11	01
1.1 Voluntária	07	01
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	04	-
2. Proporcional	05	-
2.1 Voluntária	02	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	03	-
3. Totais (1+2)	16	01

Fonte: SRA/SIAPE

6.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Setor de Recursos Humanos desta UJ ainda não dispõe de uma ferramenta específica para análise e acompanhamento de índices, contudo, sob seu crivo e constam os seguintes apontamentos:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

a) Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:

Dois Processos Especiais de Acidente de Serviço

b) Rotatividade (turnover)

Ocorreu durante o ano de 2012 a remoção de 22 servidores, 2 egressos, 1 exonerado.

c) Educação Continuada

d) Disciplina:

Fica sob responsabilidade da Corregedoria Regional a incumbência de apurar todas as infrações disciplinares no âmbito de toda a SR/DPF/AC e suas descentralizadas. Desta maneira, restaram instaurados 04 (quatro) Procedimentos Administrativos Disciplinares, 10 (dez) sindicâncias investigativas e 257 (duzentos e cinquenta e sete) correições.

e) Aposentadoria versus reposição do quadro

Ocorreu durante o ano de 2012 1(uma) aposentadoria e nenhuma reposição.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1. Informações Sobre A Contratação De Serviços De Limpeza, Higiene E Vigilância Ostensiva Pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.5 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE													
UG/Gestão:200380/0001					CNPJ: 00.394.494/0019-65								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	005/2010	08.573.956/0001-94	25/01/2010	31/03/2013			13	13			P
2011	V	O	007/2011	02.764.609/0001-62	01/09/2011	31/12/2013			28	28			P
Observações:													



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Contratos/SELOG/SR/DPF/AC

6.2.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 6.6 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE													
UG/Gestão:200380/0001						00.394.494/0019-65							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	001/2010	08.573.956/0001-94	28/05/10	31/12/13			05	05			P
2010	2	O	003/2010	09.134.888/0001-20	01/02/10	31/12/13			05	05			P
2010	12	O	017/2010	09.134.888/0001-20	28/07/10	31/12/13			07	07			P
2010	12	O	018/2010	09.592.187/0001-34	17/06/10	31/12/13			06	06			P
2010	5	O	020/2010	07.533.627/0001-57	12/06/10	31/12/13			07	07			P
2011	5	O	008/2011	11.223.797/0001-02	13/12/11	31/12/13			08	08			P
Observações:													
LEGENDA						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
Área:						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
1. Segurança;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
2. Transportes;						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte:

6.2.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

1. Nível superior	06	06	06	06	44.223,44
1.1 Área Fim	01	01	01	01	7.370,57
1.2 Área Meio	05	05	05	05	36.852,87
2. Nível Médio	15	15	15	15	64.246,03
2.1 Área Fim	04	04	04	04	16.061,51
2.2 Área Meio	11	11	11	11	48.184,52
3. Total (1+2)	21	21	21	21	108.469,47

Fonte: SRH/SIAPE

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

a.1) Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), de 23 de setembro de 1997, com suas alterações.

a.2) Decreto nº 6.403, de 17 de Março de 2008.

a.3) Instrução Normativa nº 03/2008-SLTI/MPOG, de 15 de maio de 2008.

a.4) Portarias do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

a.5) Resoluções e Deliberações do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

a.6) Normatizações internas deste Departamento de Polícia Federal, em especial a Instrução Normativa nº 003/2009-DG/DPF, publicada no Boletim de Serviço nº 044, de 06 de março de 2009. (anexo)

a.7) Instrução de Serviço nº 01/2011-SR/DPF/AC, publicada no Aditamento Semanal nº 40, de 07 de outubro de 2011. (anexo)

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

b.1) A frota de veículos desta SR/DPF/AC vem atender aos requisitos de flexibilidade e rapidez das demandas da atividade policial, quais sejam: Diligências policiais na circunscrição da Sede e delegacias descentralizadas; fiscalizações de produtos químicos e segurança privada; Atividades administrativas internas; dentre outras.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ discriminando por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação – veículo de transporte de autoridades. Bem como sua totalização por grupo e geral:

As informações solicitadas na presente alínea não podem ser prestadas, por estarem resguardadas por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa n.º 69, de 14/12/2012.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:

d.1) Veículos de transporte institucional: 6.269 km

Subtotal (d.1) 6.269 km

d.2) Veículos de serviços comuns.

d.2.1) Veículos de serviços comuns - Transporte de Pessoal: 5.570 KM

d.2.2) Veículos de serviços comuns - Transporte de Coletivo: 5.753 Km

d.2.3) Veículos de serviços comuns - Transporte de carga leve: 3.146 Km

d.2.4) Veículos de serviços comuns - Atividades específicas: 1.389 Km

Subtotal (d.2) 15.858 km

d.3) Veículos de serviços especiais.

d.3.1) Veículos de serviços especiais - ostensivos: 5.261 Km

d.3.2) Veículos de serviços especiais - atividades sigilosas: 9.170 Km

Subtotal (d.3) 14.831 km

Total (d) 36.558 km

e) Idade média da frota, por grupo de veículos.

e.1) Ano médio dos veículos: 2007 (com idade média de 6 anos)

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros). (ano de 2012)

f.1) Combustíveis

f.1.1) Diesel: R\$ 218.814,96



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

f.1.2) Gasolina: R\$ 143.666,49

f.1.3) Intermediação (custo contratual): R\$ 13.481,30

subtotal (f.1) R\$ 375.962,75

f.2) Manutenção mecânica/conservação da frota - R\$ 229.243,17, sendo:

f.2.1) Mecânica/conservação: R\$ 227.021,60

f.2.1) Intermediação (custo contratual): R\$ 2.221,57

Subtotal (f.2) R\$ 229.243,17

Total (f) R\$ 605.205,92

g) Plano de substituição da frota.

As informações solicitadas na presente alínea não podem ser prestadas, por estarem resguardadas por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa n.º 69, de 14/12/2012.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

h.1) As viaturas de uso da Polícia Federal devem atender a padrões próprios, possuindo equipamentos específicos e características inerentes à atividade policial. O que impossibilita contratação no mercado de aluguel.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

i.1) Sistema de gestão de veículos do SIGEPOL, controle de entrada e saída de veículos do pátio desta SR/DPF/AC, com registro do tipo de diligência em que a viatura será empregada, bem como a identidade do condutor da mesma, quilometragem percorrida e data e horário de saída e entrada;

i.2) Em reforço ao sistema SIGEPOL é realizado um registro manual de cada saída e entrada de viaturas no pátio desta SR/DPF/AC, controlando-se os mesmos fatores do SIGEPOL, com exceção do detalhamento da diligência.

i.3) Sistema de Gestão de Abastecimento e Manutenção/Conservação Ticket Car, onde são registrados todos os abastecimentos realizados pelos veículos integrantes da frota desta SR/DPF/AC, ficando os dados gravados em sistema e disponíveis por meio da internet.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AC – Acre	Σ	Σ
	Epitacilândia	4	4
	Cruzeiro do Sul	1	1
	Rio Branco	2	2
Subtotal Brasil		7	7
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		7	7

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (consulta de Imóveis por UG).

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AC – Acre	Σ	Σ
	Rio Branco	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (consulta de Imóveis por UG).

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200380	0139 00292.500-3	DP	EM CONSTRUÇÃO	734.643,00	30/07/2012	-	-	-
200380	0139 00272.500-4	DP	BOM	172.879,00	13/09/2012	-	-	-
200380	0107 00079.500-7	DP	NOVO	496.233,71	13/09/2012	-74.435,06	-	-



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

200380	0651 00005.500-2	DP	REPAROS IMPORTANTES	257.392,43	03/03/2012	43.437,80	-	-
200380	0651 00007.500-3	DP	NOVO	1.333.981,50	27/03/2012	916.627,79	-	-
200380	0651 00007.500-4	DP	REPAROS IMPORTANTES	65.503,82	28/03/2012	21.549,19	-	-
200380	0651 00011.500-5	DP	REPAROS IMPORTANTES	65.503,82	28/03/2012	21.549,19	-	-
							Σ	Σ
Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (consulta de Imóveis por								

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

No Departamento de Polícia Federal - DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI e, regionalmente, por um Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI.

À CTI compete a responsabilidade de elaborar e consolidar o Plano Diretor de Informática, o desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas da Direção Geral.

Já ao NTI local cabe a difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CTI, a manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e, também, o atendimento aos usuários da região.

Ante o exposto, é importante salientar que o quadro abaixo foi respondido regionalmente, com base nas suas competências e atribuições.

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.8.1 –GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

☒	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
☐	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
☒	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
☐	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
☒	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
☒	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
☒	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
☒	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☒	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
☒	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
☒	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
☒	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
☐	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
☐	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
☒	Auditoria de governança de TI.
☐	Auditoria de sistemas de informação.
☐	Auditoria de segurança da informação.
☐	Auditoria de contratos de TI.
☐	Auditoria de dados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

(2)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(3)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
☐	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
☐	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
☐	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
☒	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☐	Entre 1 e 40%.
☐	Entre 41 e 60%.
☒	Acima de 60%.
☐	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
<i>O Plano Estratégico da Polícia Federal não contempla indicadores e metas. Porém, está em execução o Projeto “Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010-2022)”, cujo objetivo é o desenvolvimento e a implantação de técnicas para monitoramento do alcance dos objetivos institucionais.</i>	

Fonte: NTI/SR/DPF/AC E CTI/DPF/DF

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
	<i>Os critérios de sustentabilidade são os descritos na Instrução Normativa 01 de 19/10/2010, tais como: apresentação de certificado ou documento probatório, emitido por instituição pública ou privada, de que o produto ofertado está registrado no órgão competente, e, ainda, que atestem sobre segurança, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia. Ressalte-se que as exigências dependem dos bens a serem adquiridos. Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, entre outros.</i>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	<i>Exigência de que os bens adquiridos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico,</i>				



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
	<i>biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; Que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); Utilização somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006; Comprovação da procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, entre outros.</i>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					x
	<i>Não há como mensurar esse impacto, todavia, é de conhecimento geral que a substituição de aparelhos antiquados por aqueles que são certificados pelo INMETRO como sendo produtos com padrão de consumo de energia “A”, implicam em benefício direto para a Administração e os cofres públicos.</i>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x	
	Realização de Pregão				



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Eletrônico destinado à aquisição de material de expediente, onde foram adquiridas 500 caixas de papel reciclado modelo A4, ecologicamente correto, cor pardo claro.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			x		
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais: <i>A Comissão Permanente de Licitações da SR/DPF/AC lida diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, tendo, portanto, respondido o questionário em epígrafe.</i> <i>A Comissão Permanente de Licitações da SR/DPF/AC por lidar diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, tem obedecido às regras de sustentabilidade estabelecidas na IN 01 de 19/10/2010, bem como Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro</i>					



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
de 1994 e demais legislações correlatas, em suma a CPL/SR/DPF/AC tem adotado em seus procedimentos licitatórios, quando couber, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental: • Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; • Adoção medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; • Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; • Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; • Realização de programa interno de treinamento dos empregados das CONTRATADAS, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; • Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos. • Observação de que os bens adquiridos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2 • Que os bens sejam preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento • Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) • Utilização somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: a. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; b. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; c. florestas plantadas; e d. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente. • Comprovação da procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso: a. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais; b. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata; c. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória. • c.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nas limites do território ambiental. • Observação das diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos: a. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso; b. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos: b.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; b.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; b.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; b.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.					



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<i>c. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;</i> <i>d. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n°s 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.</i> <i>• Observação das seguintes diretrizes de caráter ambiental:</i> <i>a. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;</i> <i>b. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata, entre outros.</i>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Esta UJ não aderiu a nenhum programa formal de gestão ambiental voltados para o consumo racional da utilização de papel, energia elétrica e água. Entretanto, ela não queda inerte sobre este tema tão em voga e importante na atualidade.

A SR/DPF/AC demonstra seu compromisso com o meio ambiente no momento em que aplica tais critérios na construção de sua nova sede, que será inaugurada ainda no exercício de 2013. Em todas as etapas desde a elaboração do Projeto Básico até a fase atual, que é a construção, foram aplicados os recursos mais modernos com o fito de se reaproveitar a água e economizar energia elétrica, tais como:

- Piso ecológico – Concregrama: foi utilizado em toda área de estacionamento e trânsito de veículos externa totalizando aproximadamente 3500 m². Esse tipo de pavimento possibilita a criação de uma solução com menor absorção e emissão de calor, maior absorção da água das chuvas, pelos elementos vazados do produto e amplia a área permeável da edificação;
- Utilização da água dos drenos de ar condicionado: a água condensada pelos equipamentos de ar condicionado será aproveitada no sistema hidráulico do edifício para uso em



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

descargas de vasos sanitários. Essa solução permitirá grande economia de recursos hídricos e também de capital;

- Utilização das águas pluviais: há no edifício um sistema de captação de água das chuvas e seu devido armazenamento para uso em descargas de vasos sanitários. Essa solução também permitirá grande economia de recursos hídricos e de capital;
- Brise-soleil no projeto arquitetônico: o projeto arquitetônico faz uso de brise-soleil para impedir a incidência direta de radiação solar no interior do edifício para evitar o calor excessivo. Tal proposta atenua a utilização dos equipamentos de ar condicionado o que gera maior economia em energia elétrica;
- Vidros duplos com película reflexiva: as esquadrias do edifício são seladas por vidro duplo com película reflexiva entre as chapas de vidro. Essa tecnologia permite grande redução da transposição de calor solar para o interior da edificação sem perder a iluminação natural. Proporciona maior economia em energia elétrica.

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO ACI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quanto às recomendações da Controladoria Geral da União e deliberações do TCU para o exercício em análise, embora não tenham sido identificadas impropriedades significativas quando da Tomada de Contas ocorridas no ano de 2011, apenas falhas meramente formais, esta Unidade Jurisdicionada tomou todas as medidas cabíveis a fim de saná-las durante o exercício de 2012, não restando, assim, pendências a serem atendidas.

Ante o exposto, os subitens 10.1.1 e 10.1.2 não serão inseridos nesta peça.

10.2 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDNA NA LEI Nº 8.730/93

10.1.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades	Obrigados a entregar a DBR	GAB - 04/05/2012	-	-



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

		DELEPAT - 10/02/2011		
	Não cumpriram a obrigação	“Não há”	“Não há”	“Não há”

Fonte: SIAPE/SRH/SR/DPF/AC

OBS: Os servidores em cargo eletivo são Augusto Simões Maia Almeida (posse em 01/01/2009), vereador em Alagoinha – PE, e Jamyl Asfury Martins Oliveira (01/02/2011) Deputado Estadual – Acre.

10.1.2. Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.3 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Clediane Tamandurê Gonçalves de Oliveira, CPF n.º 609.595.412-68, Agente Administrativo – Gestora de Contratos, exercendo no SR/DPF/AC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.455, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio Branco/AC, 25 de Fevereiro de 2013.

Clediane Tamandurê Gonçalves de Oliveira
609.595.412-68
Gestora de Contratos/SR/DPF/AC



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE
11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTALECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

11.1.1 – DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O controle contábil desta UJ é realizado pelo Órgão Central, em específico, pela Coordenação de Orçamento e Finanças do Departamento de Polícia Federal – COF/DPF/DF.

Portanto, cabe ao Núcleo Orçamentário e Financeiro – NEOF/SR/DPF/AC, setor que cuida da correta aplicação e gerenciamento das verbas destinadas ao custeio e manutenção da UJ, apenas a correta aplicação dos recursos.

Ante o exposto, as informações pertinentes a este subitem constarão no Relatório da COF/DPF/DF, não se aplicando, desta forma, a esta UJ.

**11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
Objetivo Específico:**

Declaração Plena			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE - SR/DPF/AC			200380-200381
Declaro que as demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.			
Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:			
a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;			
b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e			
c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília /DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS	CRC nº	DF-01537100-4



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

VERSÃO: 2013/241105 DA VERSÃO 200210 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 22/02/13 ÀS 11:14: POR CLAYTON GUIMARÃES NAVEZ

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR - ERRATA

SERVIÇO ORÇAMENTÁRIO DE DESPESAS E CRESS DE LOGÍSTICA

1. SOLICITO A Vossa SENHORIA, EM ATENDIMENTO ÀS ORIENTAÇÕES CONTIDAS NA MEMORANDUM STAFI 2011/241113, ANEXAR À DECLARAÇÃO DO CONTADOR EXISTENTE A ESSA OU A ERRATA A SEGUIR:

*** CDD DE LEI:

" DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO STAFI (BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, DO FLUXO DE CAIXA E DO RESULTADO ECONÔMICO), REDIGIDOS PELA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CPC Nº 1.133/2008, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012, (...) "

*** LEIA-SE:

" DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO STAFI (BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS), REDIGIDOS PELA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CPC Nº 1.133/2008, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012, (...) "

*** ACHEGAMENTO:

PARA A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO FORAM CONSIDERADOS OS SEQUENTES CRITÉRIOS:

1. ...

OS DEMONSTRATIVOS DO FLUXO DE CAIXA E DO RESULTADO ECONÔMICO NÃO ESTÃO DISPONIBILIZADOS NO STAFI.

2. EM CASO DE DÚVIDA, ENTRAR EM CONTATO COM O CONTADOR RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO DOCUMENTO.

ATENCIONAMENTO:

CLAYTON GUIMARÃES NAVEZ

CHEFE DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE/COP/DLOG
DIRETORIA DE CONTABILIDADE DA POLÍCIA FEDERAL

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

12.1.1. Principais ações desenvolvidas e seus resultados

Trabalhos contínuos vêm sendo desenvolvidos no âmbito desta SR/DPF/AC a fim de aprimorar cada vez mais sua gestão e melhorar os seus processos, principalmente, no que concerne à modernização dos setores administrativos e dos trabalhos de polícia judiciária.

Nesse contexto, gestões permanentes com a área econômica do DPF possibilitaram elevar o orçamento destinado diretamente a SR/DPF/AC para 2013, estando à frente de algumas Superintendências, dentre as quais a SR/DPF/AL, SR/DPF/AP, SR/DPF/GO, SR/DPF/MA, SR/DPF/PB, SR/DPF/PI, SR/DPF/RR, SR/DPF/SE e SR/DPF/TO, conforme se depreende da Portaria n.º 3.169-DG/DPF, de 14 de novembro de 2012.

Para melhor ilustrar, segue tabela orçamentário/financeiro, contendo valores absolutos dos recursos efetivamente aplicados (liquidados) por esta Superintendência Regional, nas contas



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Associado a isto, buscou-se manter uma boa proximidade e parceria com as autoridades demandantes dos serviços periciais de modo a se preservar a objetividade das solicitações e a celeridade das respostas deste setor por meio de documentos técnico-científicos adequados.

Os fatos citados acima refletiram-se em uma redução significativa no número de pendências e uma maior eficiência no atendimento das solicitações, alcançando-se resultados ainda não experimentados por este SETEC/AC em anos anteriores.

Resultado disto foi que de Unidade de Criminalística demandante de mão de obra⁵, o SETEC/AC passou a auxiliar outras unidades (SETECs, NUTECs e unidades centrais) fornecendo Peritos com habilidades específicas e por período determinado para atuarem nas demandas destes locais. A área em que mais atuamos desta forma foi no campo das perícias de meio ambiente, cujo grupo possui bom conceito entre as unidades de criminalística e, ainda, razoável número de Peritos lotados. No total foram três Peritos da área de Meio Ambiente recrutados por outras unidades para participar de missões por 30 dias ou mais. Além disto, também fornecemos Peritos das áreas de Informática (1 Perita), Química (1 Perito) e Engenharia Civil (1 Perito). Ressalte-se que tais missões temporárias dos Peritos citados não interferiram no bom resultado deste setor; pelo contrário, refletem o bom momento pelo qual passa o SETEC/AC.

Exceção ao relatado acima é a área de perícias contábeis-financeiras, a qual nos últimos dois anos perdeu seus dois únicos Peritos (1)Perita removida para a DLOG/DPF e 1 Perito de licença médica, sem previsão de retorno) e, atualmente, conta com a colaboração do SEPCONT/INC para a resolução das demandas periciais enviadas a este setor.

1.1 PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Em termos de elaboração de documentos técnico-científicos, no período compreendido entre 01/01/2012 e 31/12/2012 foram emitidos 593 laudos de perícia criminal federal, ao passo que no mesmo período de 2011 haviam sido produzidos 840 laudos periciais.

A tabela 1 apresenta o número de laudos produzidos no ano de 2012, separados por área de exame, segundo informações do Sistema de Criminalística.

TABELA XX I – LAUDOS PRODUZIDOS PELO SETEC/AC NO ANO DE 2012 SEPARADOS POR ÁREA DE EXAME (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 20/02/2013).

Área de Exame	Número de Laudos
---------------	------------------

⁵ Em anos anteriores o SETEC/AC solicitou em missão peritos de diversas áreas do conhecimento para auxiliar em suas demandas locais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Perícias Contábeis e Financeiras	36
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	15
Perícias de Engenharia	14
Perícias de Informática	152
Perícias de Local	23
Perícias de Meio Ambiente	83
Perícias de Química Forense	114
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	10
Perícias de Veículos	20
Perícias Documentoscópicas	74
Perícias Eletroeletrônicas	15
Perícias Merceológicas	37
TOTAL	593

TABELA XXII - NÚMERO DE SOLICITAÇÕES DE PERÍCIA NOS MESES DE DEZEMBRO DE 2009, 2010, 2011 E 2012 NO SETEC/AC
SEPARADAS POR IDADE (FONTE: SISTEMA DE CRIMINALÍSTICA – DITEC/DPF, ACESSADO EM 20/02/2013).

Mês/Ano	< 3 meses	3-6 meses	> 6 meses	Total
Dez/2009	110	51	162	323
Dez/2010	81	22	6	109
Dez/2011	73	19	5	97
Dez/2012	28	2	2	32

2. OPERAÇÃO SENTINELA

No que tange às Operações Policiais de Destaque, em específico, a Operação Sentinela, cabe observar que sua coordenação regional atua conjuntamente com outras instituições: Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, Exército Brasileiro, Polícia Militar do Estado do Acre, Polícia Civil do Estado do Acre, Instituto Chico Mendes - ICMBio, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Receita Federal do Brasil - RFB, Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre - IMAC, Secretaria da Fazenda do Estado do Acre - SEFAZ, além de organismos policiais de outros países como Polícia Nacional do Peru e Polícia Nacional da Bolívia, além de apoio logístico e humano a atividades policiais, principalmente de inteligência, desenvolvidas no âmbito da SR/DPF/AC e de seus delegacias no interior do Estado.

Atividades de apoio, imigração, segurança privada, controle de precursores químicos, de armas, entre outras – planejadas e executadas por essa unidade no exercício de 2012 – Nos Postos de Controle de Fronteira localizados nas cidades de Plácido de Castro, Assis Brasil, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo, são realizados diariamente atendimentos com relação a procedimentos de imigração, além de atendimento ao público no que se refere ao registro de armas e emissão de certidão de antecedentes criminais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Os resultados alcançados com os trabalhos realizados são os abaixo apresentados:

TABELA XXIII – RESULTADOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL DA SENTINELA

Atividade Operacional	2011	2012
Barreiras Policiais Realizadas	1.386	965
Patrulhas Volantes Terrestres	423	78
Patrulhas Fluviais	64	16
Barreiras Policiais Fluviais	216	-
Termos Circunstanciados de Ocorrência	52	18
Mandados de Busca e Apreensão Cumpridos	86	12
Mandados de Prisão Cumpridos	62	16
Inquéritos Policiais Instaurados	129	68
Autos de Prisão em Flagrante	148	90
Prisões efetuadas	210	106
Veículos Vistoriados	59.850	26.120
Embarcações Vistoriadas	839	86
Aeronaves Vistoriadas	766	139
Pessoas Vistoriadas	134.207	74.158
Procedimentos de imigração (entrada)	22.827	25.764
Procedimentos de imigração (saída)	22.394	25.708
Autuações (aplicação de multas)	216	-
Expulsões / Deportações	31	-
Apreensão de maconha	65.600 kg	70, 126
Apreensão de cocaína – cloridrato	61.100 kg	32, 274
Apreensão de cocaína – pasta base	384.940 kg	186, 581
Apreensão de produtos químicos controlados	-	-
Apreensão de cigarros	6.708 pacotes	504 cx's
Apreensão de pneus	27 unidades	11
Apreensão de outras mercadorias (descaminho)	25.156 unidades de diversos produtos	12.412
Apreensão de armas de fogo	18 unidades	03
Apreensão de munição	262 projetes	52 projeteis
Motocicletas apreendidas	17	01
Veículos apreendidos	37	26
Embarcação apreendida	1	-
Dinheiro	-	4.602,00
Celulares	-	33

Fonte: Coordenação da Operação Sentinela no Estado do Acre

Cabe informar que as restrições orçamentárias impostas ao DPF, que repercutiu em redução no efetivo disponível para esta Operação Policial de fronteira, prejudicaram de certa forma as atividades da Operação Sentinela no Estado do Acre.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Como medidas implementadas para a superação de tais dificuldades, informamos que foram desativadas duas bases operacionais, uma na cidade de Eirunepé/AM e outra na cidade de Acrelândia/AC (Base Tucandeira), passando a ser pontuais e inopinadas as ações policiais nestas áreas.

Outra medida foi a mudança na estratégia de abordagens e realização de barreiras policiais que deixaram de ser realizadas na linha de fronteira e concentrando os esforços nos corredores (rios e rodovias) que dão acesso à outras unidades da federação, melhorando a eficiência na fiscalização.

Uma terceira medida foi à ampliação das atividades de inteligência policial, empregando um efetivo menor na área operacional e ampliando o efetivo mobilizado para a área investigativa (inteligência policial) o que resultou na confecção de diversos relatórios que subsidiou a tomada de decisões da Polícia Federal em diversos assuntos de natureza tática, logística, operacional e estratégica.

3. NÚCLEO DE OPERAÇÕES

O NO/SR/DPF/AC desempenha atividades essenciais afetas à atividade fim deste órgão, tais como movimentação de inquéritos, condução de presos, cumprimento de mandados de prisão, segregação de presos, custódia, investigações, dentre outros.

Assim, os resultados apresentados pelo referido núcleo, em cumprimento às suas atribuições são:

TABELA XXIV - RESULTADOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL DO NO/SR/DPF/AC

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Movimentação de documentos oficiais	14.800
Condução de presos e mandados de prisões	180
Entrega de intimações	1.176
Plantões	90
Sobreavisos	168
Apoio aos Confron's	24

Cabe ressaltar que os trabalhos de investigações realizados por este setor apoiam, além da SR/DPF/AC, outros órgãos federais, estaduais e municipais, tais como Receita Federal, Incra, IBAMA, Justiça Federal, MPF, DRT, INSS, MPT, FUNAI, dentre outros, contando apenas com a lotação de 12 (servidores), o que de pronto, mostra-se insuficiente ante a demanda de atividades rotineiras.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

4. DELEGACIA DE IMIGRAÇÃO

No tocante ao trabalho de controle migratório realizado pelo Departamento de Polícia Federal no estado do Acre, destacou-se o trabalho realizado pelo Núcleo de Imigração da Delegacia de Polícia Federal em Epiataciolândia. Tendo em vista sua localização, tríplice fronteira Brasil/Bolívia/Peru, este núcleo realiza os mais diversos atendimentos a estrangeiros, desde o tráfego migratório aos pedidos de naturalização. Abaixo relacionados por número de atendimentos. Saliente-se que estão computados apenas os que deram entrada no período do ano de 2012, porém muitos processos que foram iniciados nos anos anteriores ainda estão em andamento e foram movimentados nesse período.

Desde 2011 foi registrado o aumento expressivo no número de atendimentos de refugiados haitianos. Os primeiros registros de haitianos ingressando no Brasil por esta fronteira se deram em abril de 2010, totalizando 41 pessoas durante todo o ano. Em 2011 houve um aumento vertiginoso, chegando a mais de mil estrangeiros, apenas do Haiti.

No ano de 2012, a situação permaneceu a mesma fazendo-se por vezes necessário a suspensão praticamente todas as demais atividades da delegacia para que fosse realizado o atendimento aos solicitantes de refúgio.

Assim, os resultados dos trabalhos realizados na SR/DPF/AC e descentralizadas são:

a) solicitações de confecção de passaportes durante o ano de 2012:

TABELA XXV - CONFEÇÃO DE PASSAPORTES

Unidade	Quantidade
PEP-OCA	2.160
DELEMIG	213
DPF/EPA/AC	265
DPF/CZS/AC	231
TOTAL	2869

b) requerimentos de fluxo migratório internacional, pedidos de registro, naturalização e permanência de estrangeiros, além de ocorrências de documentos de viagem:

TABELA XXVI – DOCUMENTOS DE VIAGEM

Unidade	Quantidade
DELEMIG	823
DPF/EPA/AC	37.710
DPF/CZS/AC	295
TOTAL	38.828



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

c) estação SINPA (computador, impressora e periféricos) para as demandas de passaportes dos municípios que compõem a circunscrição e cada Unidade:

TABELA XXVII – EQUIPAMENTOS SINPA

UNIDADE	QUANTIDADE	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
DELEMIG	02	12
DPF/EPA/AC	01	04
TOTAL	03	16

5. DELEGACIA DE CONTROLE DE ARMAS E PRODUTOS QUÍMICOS

Os resultados obtidos pelas referidas delegacias, ao longo de 2012, são:

TABELA XXVIII – CONTROLE DE ARMAS DE FOGO

ATIVIDADE	SR/DPF/AC	DPF/EPA/AC	DPF/CZS/AC
AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ARMA DE FOGO	180	08	34
SOLICITAÇÃO DE PORTE DE ARMA	22		80
ARMAS ENTREGUES NA CAMPANHA DO DESARMAMENTO	132	23	53
ARMAS RECOLHIDAS NA JUSTIÇA FEDERAL	1 15		
ARMAS APREENDIDAS	XXXXXXX XX	02	
SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE REGISTRO	313	259	
ENTREGA DE REGISTROS DE ARMAS DE FOGO	482	191	
ARMAS DE FOGO DIVERSAS RECOLHIDAS JUNTO AO IBAMA	0		850

TABELA XXIX – CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADE	SR/DPF/AC	DPF/EPA/AC	DPF/CZS/AC
-----------	-----------	------------	------------



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

PROCESSOS PARA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE REGISTROS CADASTRAL DE PRODUTOS QUIMICOS	20	01	
PROCESSOS PARA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE LICENÇA DE FUNCIONAMEN TO DE PRODUTOS QUIMICOS	20	01	

6. DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

Os trabalhos realizados por esta delegacia, em cumprimento a sua competência, bem como seus resultados, são os abaixo descritos:

TABELA XXX – ATIVIDADES DELESP

ATIVIDADES REALIZADAS	SR/DPF/AC	DPF/EPA/AC	DPF/CZS/AC
Agências bancárias novas autorizadas a funcionar	006		03
Agências bancárias vistoriadas	50	10	16
Análise criminal de vigilantes	76		05
Auto de constatação de infração e notificação lavrados	25		
Autorização para compra de colete balístico expedidas	03		01
Empresa especializada nova autorizada a funcionar	00		
Empresas especializadas vistoriadas	007		01
Instrutores credenciados	014		
Veículos Especiais vistoriados	020		
Vigilantes com curso/reciclagem/extensão registrados	2100		06
Carteira Nacional de Vigilantes expedidas	910		08

7. NÚCLEO DE CARTÓRIO

O NUCART tem como função principal a formalização e a gestão dos Inquéritos Policiais (IPL's) e os documentos relativos a estes e também a guarda e gestão do material apreendido.

Assim os resultados dos trabalhos, apurados em consulta ao SISCART E SIGEPOL, sob sua competência são os abaixo descritos:

TABELA XXXI – GESTÃO DE IPL'S E DOCUMENTOS

ATIVIDADES	QUANTIDADES
------------	-------------



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Nº de instaurações de IPL's	426
Registro de Notícias-crime	372
Nº de Registros Especiais instaurados	14
Nº de Termos Circunstanciados instaurados	26
Nº de peças produzidas no Siscart	mais de 20.000
Emissão de Certidão de Antecedentes Criminais	média de 600 Certidões por mês
Movimentação de IPL's - Movimentação Externa (DPF - Judiciário - Ministério Público; e a Superintendência e Delegacias de Epiaciolândia e Cruzeiro do Sul); Movimentação Interna: entrada de IPL's e distribuição para as diferentes delegacias.	total de 3.120 guias de movimentação produzidas no Siscart

TABELA XXXII - MATERIAL APREENDIDO NO ANO DE 2012

Material entorpecente apreendido e colocado em Depósito:	2.365 Kg
Material entorpecente incinerado	1.800 Kg
Nº de veículos apreendidos em colocados Depósito	11 veículos
Nº de armas apreendidas e colocadas em Depósito	3 armas

O Depósito do Nucart é responsável também pelo depósito de materiais diversos, além dos acima descritos, referentes à IPL's de diferentes anos.

I. Ações Planejadas:

Foi realizada ao final do ano de 2012, após as Correções Ordinárias, uma força tarefa para encaminhar para a Justiça competente os materiais apreendidos referentes à IPL's relatados, tendo sido encaminhado com êxito aproximadamente 70% do material referido, bem como o levantamento e identificação processual dos veículos apreendidos em Depósito no pátio da DPF/EPA/AC, sendo planejada para 2013 a organização desse levantamento para solicitar ao juízo competente o leilão desses veículos.

8. DELEGACIA DE REPRESSÃO AS DROGAS

Conforme programado no plano de metas anual, foram implementadas no ano de 2012 diversas ações visando o combate ao tráfico de drogas totalizando uma tonelada e meia de drogas apreendidas no Estado, conforme quadro abaixo.

TABELA XXXIII – ATIVIDADES DRE

ATIVIDADES	2011	2012
Total de inquéritos instaurados - Portaria	39	35
Total de inquéritos instaurados –flagrante	98	63
Total de presos (flagrante)	133	91
Cocaína (gr)	425.314	198.378,3
Maconha (gr)	82.241,5	1.144.720,9
Cocaína base (gr)	160.537	157478



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Ayauaska (Daime) (gr)	11.500	0
TOTAL GERAL	679.789,1	1.500.577,20

Assim, diante do grande volume de drogas que circulam nesta região, caracterizada por se tratar de fronteira com os países da Bolívia e Perú, constata-se que o efetivo policial é insuficiente para a repressão do tráfico em toda a sua extensão, no entanto, vê-se, também, diante dos números apresentados e com a condições que nos são oferecidas, que esta Delegacia Especializada tem realizado um trabalho satisfatório, com a desarticulação de organizações criminosas voltadas para o tráfico de substância entorpecente.

12.1.2. Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos

Em que pese esta unidade ter apresentado resultados positivos em sua gestão no decorrer do exercício, não se pode deixar de trazer à baila as dificuldades com as quais se deparou ao longo de 2012, pois muito mais poderia ter sido feito se não fosse tais empecilhos influenciarem diretamente na sua gestão.

As limitações orçamentárias acarretadas pelas consecutivas reduções das verbas destinadas ao custeio desta unidade, promovidas pelo Governo Federal desde 2011, prejudicaram o bom andamento das atividades realizadas rotineiramente pelos setores tanto administrativos quanto policiais.

Vários equipamentos e serviços deveriam ter sido adquiridos e contratados em 2012, visando atender ao planejamento institucional quanto à inauguração da nova sede, tais como: equipamentos para academia de ginástica, computadores, sistema de segurança, switches, estande de tiros, embarcações, empresa para manutenção dos equipamentos do Setor Técnico Científico, materiais diversos para perícia, mobiliários, em especial, cadeiras para auditório e armários para arquivo.

Nesse diapasão, cabe ressaltar que tal contingência influenciou na capacitação dos servidores em cursos especiais, principalmente, na área de inteligência, onde 39 (trinta e nove) policiais necessitariam ter sido habilitados em cursos como: ferramentas básicas de análise, especialização em inteligência policial básico, intermediário e avançado, dentre outros.

Outro ponto altamente relevante e crucial para o bom desempenho desta UJ foi, e ainda é, o reduzido efetivo policial e, principalmente, administrativo.

É grande a dificuldade de se manter o efetivo policial na região norte, em especial, nas regiões fronteiriças, tendo a SR/DPF/AC convivido com constantes pedidos de remoção (*ex officio*,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

a pedido e liminar judicial). O que mantem o efetivo, normalmente, aquém de suas reais necessidades mesmo com realização de concurso.

No que tange a área de apoio, é de conhecimento público que o último concurso realizado para preenchimento de vagas foi realizado em 2004 e que muitos dos servidores aprovados e nomeados naquele concurso já deixaram o órgão em busca de melhores remunerações, quer seja na iniciativa privada, quer seja em outros órgãos da Administração Pública.

Destarte, dos 17 (dezessete) servidores que ingressaram por meio deste concurso nesta unidade, apenas 09 (nove) permanecem, os demais foram removidos ou deixaram o órgão em razão de vacância/exoneração. Os remanescentes, que em sua quase totalidade detém formação superior, constantemente têm realizado concursos públicos almejando ingressar em outras categorias do serviço público melhor remuneradas e condizentes com sua graduação.

Pertinente se faz registrar tais informações dada a criticidade que se apresenta a cada ano, pois o quadro de servidores da carreira de apoio desta UJ antes composto com 42 (quarenta e dois), hoje conta com apenas 28 (vinte e oito), sendo que destes, 06 (seis) já possuem tempo para aposentadoria voluntária.

Ao longo deste documento pode-se aferir que esta SR/DPF/AC, a despeito de todas as adversidades do exercício em análise, buscou aplicar os recursos a ela dirigidos com eficiência e eficácia objetivando atender aos princípios constitucionais aos quais está submetida, bem como apresentar resultados factíveis a sociedade na qual ela está inserida.

MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA
Delegado de Polícia Federal – Mat. 9.562
Superintendente Regional
SR/DPF/AC